

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Ana Clara Ribeiro Prado

**O QUE SE MOVE QUANDO O MOVIMENTO INDÍGENA  
ESTUDANTIL SE MOVIMENTA - UMA ETNOGRAFIA DE  
RESISTÊNCIAS E MOVIMENTOS**



Goiânia, Go  
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

**ANA CLARA RIBEIRO PRADO**

#### 3. Título do trabalho

O QUE SE MOVE QUANDO O MOVIMENTO INDÍGENA ESTUDANTIL SE MOVIMENTA - UMA ETNOGRAFIA DE RESISTÊNCIAS E MOVIMENTOS

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Ribeiro Prado, Discente**, em 29/02/2024, às 07:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professora do Magistério Superior**, em 07/03/2024, às 20:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4415718** e o código CRC **7DDF26F2**.

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Ana Clara Ribeiro Prado

**O QUE SE MOVE QUANDO O MOVIMENTO INDÍGENA  
ESTUDANTIL SE MOVIMENTA - UMA ETNOGRAFIA DE  
RESISTÊNCIAS E MOVIMENTOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Linha de Pesquisa: Etnopolíticas resistências e transformações epistemológicas.

Área de Concentração: Antropologia Social.

Orientadora: profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira.

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Suzane de Alencar Vieira (Presidente - PPGAS/UFG)

Prof.º Dr. Diógenes Egídio Cariaga (Membro titular externo - PPGAnt/UFGD)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Janaína Betto (Membro titular externo – UFSM)

Prof.º Ms. Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé (Membro titular interno – FL/UFG)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Camila Mainardi (Suplente interno – PPGAS/UFG)

Goiânia, Go  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ribeiro Prado, Ana Clara

O que se movimenta quando o movimento indígena estudantil se movimenta [manuscrito] : Uma etnografia de resistências e movimentos / Ana Clara Ribeiro Prado. - 2023.

100 f.

Orientador: Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

Inclui siglas, lista de figuras.

1. Movimento indígena . 2. Movimento indígena estudantil. 3. Ação Política Ameríndia. 4. Cantos. 5. Resistência. I. Vieira, Suzane de Alencar, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 016/23-M da sessão de Defesa de Dissertação de **ANA CLARA RIBEIRO PRADO**, que lhe confere o título de Mestra em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos catorze dias do mês de novembro de 2023, às 14:00 horas, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (de modo online), realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de **ANA CLARA RIBEIRO PRADO**, intitulada *O QUE SE MOVE QUANDO O MOVIMENTO INDÍGENA SE MOVIMENTA - UMA ETNOGRAFIA DE RESISTÊNCIAS E MOVIMENTOS*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as: Dra. Suzane de Alencar Vieira (PPGAS/UFG - presidente da banca e orientadora); Ms. Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé (FL/UFG); Dra. Janaína Betto (membro externo - UFSM) e Dr. Diógenes Egídio Cariaga (membro externo - UEMS e UFGD). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou o julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à mestranda o seguinte resultado: **APROVADA** pelos/as seus/suas membros/as que sugeriram mudança no título da dissertação. Reabertos os trabalhos, a presidente da banca proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e pelos/as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

*O QUE SE MOVE QUANDO O MOVIMENTO INDÍGENA ESTUDANTIL SE MOVIMENTA - UMA ETNOGRAFIA DE RESISTÊNCIAS E MOVIMENTOS*

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Diógenes Egídio Cariaga, Usuário Externo**, em 04/03/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professora do Magistério Superior**, em 07/03/2024, às 20:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Betto, Usuário Externo**, em 25/03/2024, às 08:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Ipaxi Awyga Tapirape, Professor do Magistério Superior**, em 06/08/2024, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4424805** e o código CRC **D6F49CB6**.

---

---

**Referência:** Processo nº 23070.062340/2023-09

SEI nº 4424805

A Tutawã Āwa (*in memoriam*), pela única conversa que tivemos a beira do Rio Javaés e por tudo que ela significou para mim desde então.

A Tuíre Kayapó, por sua coragem de erguer o facão e enfrentar qualquer ameaça. Saber que você existe meu deu coragem para enfrentar o mundo.

A Davi Kopenawa Yanomami, pelas palavras da *Queda do céu* que me acompanham desde 2016 me ensinando e sendo companhia em toda minha trajetória.

## **Agradecimentos**

Escrever esses agradecimentos, principalmente durante os momentos mais desafiadores, foi a melhor estratégia para não desistir, de povoar a solidão, de amenizar saudades, mas principalmente de reconhecer que nada, nunca é feito sozinha. Em cada linha dessa pesquisa há centenas de influências, sentimentos, memórias, aprendizados que só foram possíveis por que a vida é coletiva.

Agradeço a minha irmã Inaê Mariê por estar junto comigo, pelo incentivo em cada etapa e principalmente, por estar disponível para ouvir minhas inquietações e não me deixar esquecer da potência que há em cada sonho. A Sophia, minha outra irmã, por todo incentivo e carinho que sempre romperam a distância e aqueceram meu coração das mais diversas formas possíveis. Obrigada por todas as mensagens inesperadas, bilhetinhos de “eu te amo” e outras dúzias de coisas de amor. Vocês são a parte mais bonita do meu coração.

Agradeço a minha mãe Joana por ter me levado pra Universidade e me feito sonhar em ocupar esse lugar. Obrigada por tudo que me ensinou, pela formação política, pelas conversas e por compartilhar coisas simples e bonitas da vida. Agradeço a minha vó Terezinha, por costurar todas as minhas roupas, pelas pamonhas, chás, conversas em momentos difíceis, pelas gargalhadas nos momentos de descanso, mas principalmente por ser minha inspiração para escrever. Vó, a senhora é o começo de tudo isso.

Tia Alda, obrigada por todo incentivo, apoio, por me lembrar, principalmente nos momentos mais incertos, da minha coragem e braveza. Por todo colo, conversas, pela admiração nos seus olhos ao me ouvir contar sobre meus caminhos e os próximos passos, pela biblioteca da sua casa que me fez imaginar e criar muitos mundos possíveis.

Kamilla, Pedro Poeta, Gabs, Gabriel Deeaz, Linky, Apollo, Thais e Fran, vocês fazem parte da minha trajetória e da minha formação. Cada mensagem, ligação, abraço, encontro inesperado, foram fundamentais para os dias complicados, mas principalmente para os dias muito felizes. Marília Caetano, Carla Pantaleão e Dariuska, são anos de muito companheirismo, acolhimento, abraços, lágrimas, sonhos e muito amor! Espero que vocês saibam como me sinto sortuda pelos nossos encontros e de como essa etapa da minha formação tem muito do amor e incentivo de cada uma. Obrigada Jô Farias por sua insistência para que eu não desistisse do que faz meus olhos brilharem. Léia, minha vizinha e amiga, por ter sempre uma palavra de amor para me oferecer. Larissa Neves,

obrigada pela companhia de longa data, pelo amor, a amizade e os sonhos compartilhados. Cris e Wilton pelas conversas de quinta-feira enquanto aguardava a massa da pamonha, pelas muitas gargalhadas e incentivo. Lilia, se essa escrita tivesse cheiro, seria de lavanda e patchouli, obrigada por todo cuidado. Tanin, obrigada por sua amizade e companheirismo nessa reta final. Por conversas na beira do mar ou durante um almoço, pelas histórias compartilhadas, pelas músicas, a escuta sempre atenta às minhas muitas histórias e a companhia de longa data, obrigada, Luis.

Juliana, José Neto e Ulisses, encontrar vocês, mesmo que virtualmente na maior parte do tempo, foi um alento para o meu coração. Obrigada por tudo! Leon e Bruno, meus companheiros de antropologia e de vida! Que sorte a minha ter encontrado vocês. Que alegria poder contar com a amizade, a gentileza e afeto das nossas relações. Obrigada pelas conversas, pelas contribuições, por fazerem parte da minha vida e por me deixar fazer parte da vida de vocês.

Mirna, obrigada pelas conversas, trocas, pela companhia, por aquele convite para o ENEI e pelo brilho que dá sentido à vida! Agradeço as oportunidades e por todo mundo que você trouxe para minha vida. Dona Rosa, Alawero, Anaya, Marcelo, Yebi, Jnhohã, João Lucas, Temakuirá, Joenilson, Gegê Pankararu, Fêtxawewe, Jaqueline, Ytay & todo mundo com quem celebrei a vida durante e após o ENEI, no ATL, na Marcha das Mulheres e em todas as outras oportunidades que tivemos de estarmos juntos. É com muita emoção e amor, que agradeço pelas contribuições e pela amizade de cada um e uma. Kamutaja ãwa, você e seu avô têm uma importância singular em minha trajetória. Nosso encontro e vivências de infância permanecem pulsando em meu coração. Obrigada por me acolher desde o meu primeiro dia de aula da quarta série.

Bruno Anaquiri, um dia te disse que há muito tempo um encontro como o nosso não me acontecia e tem muito dessa relação que construímos de um jeito muito bonito e respeitoso, em cada um desses capítulos. Obrigada pela alegria, pelo cuidado, o amor, a amizade e pelas muitas histórias que ainda vamos viver.

Marta Quintiliano, o seu afroafeto me acolheu nos momentos em que eu mais precisava e não sabia. Há muito das nossas conversas nesse texto. Há muito do que aprendi com você, pulsando no meu coração. Obrigada por tudo, principalmente pelas gargalhadas.

Alessandro de Oliveira, é provável que nunca me canse de dizer da sua importância na minha formação! E em todas as vezes, espero que saiba o quão especial é para mim. Agradeço cada leitura atenta e cuidadosa em cada trabalho meu desde 2016,

por todas as provocações, incentivos e desafios ao longo desses anos. Posso ter estado sozinha e meio perdida as vezes, mas você sempre me ajudou a encontrar o caminho de volta. Obrigada por entrar nessa canoa comigo.

Diógenes Cariaga, quando te ouvi falar pela primeira vez não tive a menor dúvida do quão raro você é! Obrigada por todas as contribuições desde o primeiro contato com a minha pesquisa, obrigada por tudo de especial que chegou junto com a sua pessoa.

Agradeço a minha orientadora Suzane, que primeiro me serviu de inspiração e que depois, aceitou me acompanhar e orientar em todas as etapas dessa pesquisa. Obrigada por todo aprendizado compartilhado, por seu olhar atencioso e generoso, por me acolher e se entusiasmar com a pesquisa, mas principalmente por toda paciência e incentivo em meio as minhas inseguranças. Por confiar em mim e me ensinar a lutar com mais determinação pelas coisas que me são importantes. Você me ensinou muito sobre coragem.

Ao Núcleo Caroá e aos caroanes, essa nossa comunidade de resistência e teima coletiva, nos amparamos, crescemos e compartilhamos saberes e estratégias de vida.

Ao Núcleo Takinahaky, especialmente as professoras Joana Fernandes, Ana Purcina, Mônica Veloso e Lorena Dallara por terem me recebido durante as etapas em Goiânia, pelas oportunidades de aprender e participar. Bruce Kuikuro, Paiatu Kuikuro, Agakuni Kuikuro, Sarirua Yawalapiti, Witsappa Waurá, Manoel Xerente e Flor de Lis Krikati, vocês me acolheram no Núcleo, durante as feiras interculturais e talvez, eu nunca consiga agradecer tudo que aprendi com vocês durante nossas conversas, mas fica aqui um singelo agradecimento.

Um muitíssimo obrigada aos funcionários das bibliotecas da UFG, aos motoristas dos infinitos ônibus do transporte público de Goiânia que me levaram a todos os lugares que precisei; aos funcionários e funcionárias dos RU's pelo serviço e pelos sorrisos e a CAPES/CNPq pela bolsa que viabilizou o término desse compromisso com um certo conforto e tranquilidade. A UFG que me acolhe desde a minha infância e que tem sido meu lar desde 2015. Obrigada Marcelo Rizzo pelos socorros e pela gentileza de cada dia.

Obrigada, Capitu, por me fazer companhia em todas as noites em claro, por me esperar voltar para casa e por me lembrar que fazer uma pausa é preciso. Obrigada Reginaldo, Black e Betina por terem chegado em um momento tão delicado e feito companhia.

*[...]alianças afetivas – que pressupõe afetos entre mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, pelo contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado.*

(KRENAK, 2023)

## **Resumo**

Essa dissertação é uma parte do que se movimentou após meu encontro com o movimento indígena estudantil e de como partir dele, convites e alianças surgiram e me conduziram aos movimentos maiores, onde pude observar/aprender/ouvir/sentir outros modos de fazer política. Construída a partir de três entradas em campo, em um espaço-tempo que compreende os anos de 2022 e 2023, essa pesquisa tem como campo o IX Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas em julho de 2022, em Campinas, São Paulo; o 19º Acampamento Terra Livre em abril de 2023 e a votação da tese jurídica do marco temporal, em 7 junho de 2023, ambos em Brasília. A temática central da dissertação se organiza entorno dos movimentos indígenas, acompanhando o modo de se fazer política a partir do movimento indígena estudantil e como ele tem sido importante na sustentação da luta em espaços como o Acampamento Terra Livre e em situações chave como a Votação do Marco Temporal.

Movimento indígena - Movimento indígena estudantil - Ação Política Ameríndia - Cantos - Música - Resistência.

## **Abstract**

This dissertation is part of what happened after my encounter with the indigenous student movement and how, from there, invitations and alliances emerged and led me to larger movements, where I was able to observe/learn/listen/feel other ways of doing politics. Built from three field entries, in a space-time that encompasses the years 2022 and 2023, this research has as its field the IX National Meeting of Indigenous Students in July 2022, in Campinas, São Paulo; the 19th Terra Livre Camp in April 2023 and the vote on the legal thesis of the time frame, on June 7, 2023, both in Brasília. The central theme of the dissertation is organized around indigenous movements, following the way of doing politics from the indigenous student movement and how it has been important in sustaining the struggle in spaces such as Acampamento Terra Livre and in key situations such as the Vote for Timeframe.

**Indigenous movement - Indigenous student movement - Amerindian Political Action – Corners – Music - Resistance**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marcha do primeiro dia do 19º Acampamento Terra Livre - 2023 .....	25
Figura 2 - Reunião com a SIN sobre os detalhes da viagem – 2022 .....	30
Figura 3 - Grupo de estudantes juntamente com a professora e os motoristas – 2022... 31	
Figura 4 - o lanche coletivo e cachorro quente na garrafa pet.....	32
Figura 5 - Parte do acampamento no ginásio da UNICAMP - 2022.....	36
Figura 6 - Povo Pataxó após sua apresentação no ritual de abertura do IX ENEI - 2022 .....	39
Figura 7 - Teatro de arena da UNICAMP - 2022 .....	40
Figura 8 - parte do grupo de discentes da UFG no último dia do ENEI – 2022 .....	48
Figura 9- Menires em marcha durante o ATL - 2023.....	49
Figura 10 - Menire no gramado da esplanada após a marcha - 2023 .....	52
Figura 11- Divulgação do 19º Acampamento Terra Livre – 2023 .....	55
Figura 12 - Grupo de estudantes da UFG e a professora responsável por acompanhar a viagem para Brasília - 2023.....	58
Figura 13 - Estrutura para os banhos durante o ATL – 2023 .....	61
Figura 14 - Parte do grupo de discentes da UFG – 2023.....	65
Figura 15- Parte do grupo que compunha a primeira marcha do 19º ATL e que cantava constantemente – 2023 .....	67
Figura 16 - Marcha do primeiro dia de ATL - 2023.....	68
Figura 17- Marcha do primeiro dia de ATL - 2023.....	68
Figura 18- Mulheres Kisêdjê em marcha - 2023 .....	69
Figura 19 - Homens do povo Iny em marcha - 2023.....	69
Figura 20 - Homens Waurá em marcha no ATL - 2023.....	70
Figura 21 - Nova composição das articuladoras da 3ª Marcha das Mulheres Indígenas – 2023 .....	72
Figura 22 - Menire durante a preparação para a votação do Marco Temporal- 2023 ....	73
Figura 23 - Homens Kayapó cantando - 2023 .....	79
Figura 24 - Menire cantando antes da votação começar .....	79
Figura 25 - Menires cantando antes da votação - 2023 .....	80
Figura 26 - Homens se preparando no acampamento - 2023 .....	80
Figura 27 - Homens Kayapó em marcha para o gramado da esplanada - 2023 .....	82
Figura 28 - Homens Kayapó em marcha - 2023.....	83

Figura 29 - A marcha até o gramado da escplanda - 2023 .....	83
Figura 30 - A resistência Kayapó - 2023 .....	84
Figura 31 - O cerco da guerra - 2023 .....	85
Figura 32- Ñhanderu Guarani - Kaiowá - 2023.....	86
Figura 33 - Ñhanderu e sua reza - 2023.....	86
Figura 34 - Ñhanderu e sua reza 2 - 2023.....	87
Figura 36 – Jovem Guajajara durante a marcha do primeiro dia do ATL - 2023 .....	94

## LISTA DE SIGLAS

ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL	Acampamento Terra Livre
ENEI	Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas
FNEEI	Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento Sem Terra
RU	Restaurante Universitário
STF	Superior Tribunal Federal
UFG	Universidade Federal de Goiás
Unicamp	Universidade de Campinas

## SUMÁRIO

SENTIR PARA ESCREVER, SONHAR PARA RESISTIR, <i>CORAZONAR</i> PARA CRIAR - INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1 UMA PERSPECTIVA DE AÇÃO POLÍTICA A PARTIR DO CANTO E DA MÚSICA, NO IX ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES INDÍGENAS .....	26
1.1 UM ENCONTRO COM O MOVIMENTO INDÍGENA ESTUDANTIL.....	29
1.2 AS MÚSICAS QUE MOVIMENTARAM O ENEI.....	35
1.3 O ENEI, OS CANTOS E A POTÊNCIA DA AGÊNCIA POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS .....	37
CAPÍTULO 2 QUANDO OS MOVIMENTOS SE ENCONTRAM – ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2023 .....	49
2.1 ORGANIZAR PARA SE ENCONTRAR – OS PREPARATIVOS PARA O ATL	56
2.2 UM PEQUENO PATAXÓ CANTADOR E O CANTO DAS <i>MENIRE</i> .....	65
2.3 ARTICULAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA 3ª MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS .....	70
CAPÍTULO 3 O MARCO TEMPORAL E A MANUTENÇÃO DA GUERRA PELO ESTADO .....	73
3.1. A ARQUITETURA DO GENOCÍDIO E AS ESTRATÉGIAS AMERÍNDIAS DE RESISTÊNCIA.....	75
3.2. O ACAMPAMENTO DO MARCO TEMPORAL, A PREPARAÇÃO PARA A VOTAÇÃO.....	77
3.3 O QUE ANTECEDEU O 7 DE JUNHO DE 2023 .....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS OU, ALGUMAS PALAVRAS ANTES DO FIM.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	95

## SENTIR PARA ESCREVER, SONHAR PARA RESISTIR, *CORAZONAR* PARA CRIAR - INTRODUÇÃO

[...] O sonho é matriz de resistências criadoras, pois abre no cinza do cotidiano o arco-íris do possível.” (TOUAM BONA, 2021, p.6)

O corazonar é, portanto, uma atitude intelectual, política, para promover a decolonização do saber, do poder e do ser e acrescentamos aqui do sentir. A intenção não é inverter as instâncias do sentir e pensar, sugerindo que o emocional deva ser superior à razão. É, portanto, de se reconhecer a existência do saber do coração e a importância dessa para a existência da vida e assim buscar religar afetividade e racionalidade, de modo que ambas sejam harmônicas. (SILVA, 2021, p.117)

Um dos elementos que torna o trabalho de campo desafiador é ele ser realizado tendo em mente uma atividade muito diferente: a escrita. E o fato de o estudo que se segue acabar sendo muito mais do que uma questão de escrevê-lo o torna igualmente desafiador – pois, como descobre o pesquisador, a escrita só funciona se ela for uma recriação imaginativa de alguns dos efeitos da própria pesquisa de campo. (STRATHERN, 2017, p.312)

Essa dissertação é uma parte do que se movimentou após meu encontro com o movimento indígena estudantil e de como partir dele, convites e alianças surgiram e me conduziram aos movimentos maiores, onde pude observar/aprender/ouvir/sentir outros modos de fazer política, construir alianças e se preparar para guerra. Construída a partir de três entradas em campo, em um espaço-tempo que compreende os anos de 2022 e 2023, essa pesquisa tem como campo o IX Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas em julho de 2022, em Campinas, São Paulo; o 19º Acampamento Terra Livre em abril de 2023 e a votação da tese jurídica do marco temporal, em 7 junho de 2023, ambos em Brasília.

Outra parte do encontro (ainda dentro das possibilidades do que as palavras conseguem descrever), diz respeito ao grupo de pessoas que me acompanharam desde a primeira entrada em campo e que, por razões afetivas, da ação política e por uma decisão de *corazonar* (Barbosa e Silva, 2021) tais relações, deixaram de ser apenas companhia durante a viagem para o ENEI, e se tornaram meus amigos e as pessoas com quem mais tenho aprendido sobre a construção coletiva da luta. Essa pesquisa não seria possível sem nenhum deles, sem nenhum desses encontros e deslocamentos que fizemos ao longo de 2022 e 2023. Durante nossas viagens, “inferninhos” e celebrações, a aprendizagem e a formação política aconteceram, pois eram nesses momentos que nos conhecíamos, compartilhávamos as experiências de estar na universidade, nos movimentos e onde o descanso era permitido pois como bem me lembra minha amiga e

companheira de muitos movimentos, Mirna Anaquiri, que “para estar na guerra é preciso estar descansada!”.

Pesquisar é um verbo, uma ação, um processo que raramente se desenvolve em linha reta, sendo em grande parte do tempo um caminhar labiríntico permeado por momentos de se perder e se achar, conforme escolhas e movimentos são feitos. Foram esses movimentos que por sua vez, estabeleceram o ritmo e o desenrolar da pesquisa pois, essa escrita seguiu o calendário nacional de mobilizações indígenas de 2022 e 2023, acompanhando os deslocamentos das pessoas, deixando-se afetar pelos cantos, pelo colorido único de cada povo presente em tais movimentos, pela escuta das falas em momentos importantes, pelos encontros planejados, mas principalmente pelos inesperados. Movida pelo fluxo dos movimentos e das pessoas, a definição do que e de como fazer, também acompanhou de certa forma, a fluidez dos acontecimentos. A temática central da dissertação se organiza entorno dos movimentos indígenas, acompanhando o modo de se fazer política a partir do movimento indígena estudantil e como ele tem sido importante na sustentação da luta.

Me encontrar com o movimento indígena estudantil e com a potência presente em articulações desse modelo, mudou significativamente as perspectivas em relação à pesquisa que era desenvolvida até o momento da participação no Encontro<sup>1</sup>. Muito impactada pela crise sanitária e humanitária que o mundo enfrentava desde março de 2020, em decorrência da pandemia de covid-19, e principalmente pela violência com que a situação atingiu aos povos indígenas, direcionei minha pesquisa inicial para uma perspectiva focada apenas iminência de fim de mundo, como se não houvessem paraquedas coloridos (Krenak, 2019) com outras perspectivas e desejos de continuar existindo, por parte desses povos.

A proposta de projeto inscrita na seleção e que tentei levar adiante por mais de um semestre, era de cunho bibliográfico uma forma de diálogo com a antropologia dos arquivos que por sua vez, não eram exatamente arquivos – pelo menos não aqueles que primeiro nos veem a cabeça ao pensar em um arquivo; mas trabalhos de outros e outras pesquisadoras. Com a Strathern (2017), problematizei a questão de que o que “[...]em casa fazia sentido como projeto de pesquisa em campo pode perder força motivadora; assumem o comando as preocupações das pessoas aqui e agora.” (p.313), e pude compreender que certas etapas da minha pesquisa não aconteciam da maneira esperada,

---

<sup>1</sup> Quando a palavra “Encontro” surgir com letra maiúscula, me refiro ao Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas.

como saber quais eram as preocupações das pessoas, porque elas não podiam ser acessadas durante a pandemia, e por um bom tempo, cada abordagem da pesquisa perdia sua força motivadora diante de tantas limitações e da falta do movimento.

Com a ausência das pessoas precisei procurar novas estratégias para o desenvolvimento da pesquisa e assim, me voltei para o que aquela série de trabalhos me apresentava. As limitações do campo digital eram de certa forma, suprimidas com a reformulação das perguntas, mas o incômodo com a recorrência da ideia de desaparecimento, de um fim eminente que algumas áreas do conhecimento insistiam em reforçar em suas perspectivas, esse não sumia com a reformulação das minhas perspectivas. Me perguntava constantemente como um povo que sobreviveu as formas mais violentas de invasão, que reinventou suas técnicas de sobrevivência e criou maneiras de existir, como uma engenhosa arte da fuga (Bona, 2021), poderia ser reduzida a uma simples ideia de que por serem “poucos” estariam perto do fim? Nesse momento da pesquisa, a tentativa era de compreender como a situação dos Avá-Canoeiro da Ilha do Bananal, no estado do Tocantins e como a não demarcação de sua terra e as violências sofridas durante os períodos da Marcha para o Oeste e a Ditadura Militar no Brasil, representavam uma manifestação do Antropoceno<sup>2</sup>.

O modo como a fuga era descrita em parte dos textos, ignorava o fato de que ela operava no campo da resistência e não da desistência e/ou fraqueza, por parte dos Avá-Canoeiro. Em cada uma das tentativas forçadas de contato, a criatividade da resistência (Deleuze, 1996) aparecia nas estratégias muito bem elaboradas de fuga e de camuflagem, como resistência, sobrevivência e força e não sinal de fraqueza ou derrota<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> O Antropoceno é discutido nas ciências naturais há algum tempo, mas o termo se popularizou de fato, com o engenheiro químico Paul Crutzen e com o liminologista, Eugene Stoermer, nos anos 2000. Apesar de ainda não ser um consenso de que o Antropoceno seja a nova era geológica e nem da data de seu início, a discussão chegou até as ciências humanas como bem pontua Helmuth Trischler (2017) ao identificar o ineditismo nas [...] decisiones sobre la periodización geológica se están discutiendo no sólo entre un grupo selecto - terdisciplinario, en el que las ciencias naturales, las ciencias sociales y las humanidades contribuyen con sus conceptos de tiempo, espacio, producción de evidencia e interpretación. (p.50). Quando mobilizei a não demarcação das terras do povo Avá-Canoeiro da Ilha do Bananal, como uma forma de manifestação do Antropoceno, foi pensando no modo como a destruição das ações capitalistas colocam em risco a existência de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de seres-não-humanos.

<sup>3</sup> Costumamos imaginar a fuga pelo ângulo da derrota, quando na verdade a questão é justamente “desfazer” o elemento gregário em nós, esse balido irrefreável que nos toma quando nos encontramos aglomerados uns aos outros - massa indiferenciada e maleável. Fugir para a mata é derrotar a pequena vida estreitada, despojar-se de tudo o que é supérfluo e cuja obtenção nos condena a trabalhar e a ocuparmos sem fim. (BONA, 2021, p.8)

A violência que certas ideias provocavam, como a fuga enquanto uma fraqueza ou de que um “pequeno” quantitativo populacional se torna um sinal de extinção; me mostravam que trabalhar com um campo bibliográfico é importante, mas ao mesmo tempo restrito para o que eu ansiava descobrir e que por isso, não conseguiria me responder o que só o trabalho de campo presencial me proporcionaria. Percebi que para escrever era preciso viver, sentir, pisar em outras terras. Então, quando foi razoável pisar no mundo de novo, sonhar outros sonhos, muitas coisas enfim se movimentaram, deslocando o cinza das incertezas para dar lugar a um arco-íris do possível (Bona, 2021).

Apesar das proporções devastadoras da pandemia e do modo como ela foi negligenciada pelo então presidente de república, em julho de 2022, uma parcela significativa da população de Goiânia e do Brasil, já haviam sido vacinadas com pelo menos duas doses da vacina contra a covid-19 e por isso, uma retomada mais ampla e segura das atividades, bem como dos encontros começaram a se tornar possíveis para quem ainda mantinha algumas formas de restrição de contato. Com a volta dos encontros e das atividades presenciais, recebi o convite de minha amiga Mirna Anaquiri, indígena do povo Kambeba do Amazonas, para ir ao Encontro e é a partir desse convite e da experiência em campo que o horizonte de novas possibilidades começou a mudar.

Mirna tem me ensinado muitas coisas e me feito convites importantes desde 2016, quando nos conhecemos no movimento de ocupações das universidades federais. Vivenciamos o golpe de Estado contra a presidenta Dilma Roussef em 2016, perpetrado pelo então vice, Michel Temer que tratou logo de começar a dismantelar todo trabalho que os governos do Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) com o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 55, a PEC do Teto de Gastos ou como nos referíamos, a PEC do Fim do Mundo. Diante do cenário de injustiça ocasionado pelo golpe, intensificado pela PEC, estudantes universitários de todo país se organizaram em ocupações das universidades públicas como estratégia de luta e reivindicação contra a PEC que tramitava no congresso.

Nos somamos a luta nacional e começamos ocupando o campus 2 da Universidade Federal de Goiás, de maneira horizontal e autônoma, organizados em comissões de modo que fosse possível garantir uma certa segurança, a limpeza a cada um dos prédios ocupados e a alimentação de que os ocupavam; realizávamos assembleias diárias em cada prédio e uma vez por semana, uma assembleia geral a fim

de discutir ações com a comunidade e trabalhadores que circundam o campus 2 da universidade, localizado em uma região mais afastada do centro da cidade, onde o rural, o urbano e o industrial se dividem na paisagem. Mirna conduziu a primeira assembleia geral que durou horas, e depois disso nos reencontramos no movimento de desocupação da universidade, que aconteceu em decorrência de um mandado de reintegração de posse e do luto que vivenciávamos após o assassinato de um companheiro de luta.

Da ocupação ao ENEI, Mirna e eu compartilhamos muitas lutas, articulações, atos políticos, estabelecendo uma aliança política-afetiva a cada novo encontro e movimento, mas foi na solidão da pandemia realmente fizemos companhia uma à outra, em noites de conversas pelo *whatsapp* com desejos de nos encontrarmos assim que tudo fosse seguro e no compartilhamento do medo do que estava por vir. No começo de julho de 2022, tive covid pela primeira vez, poucos dias depois de finalmente reencontrar Mirna e de aceitar o convite para o ENEI. 15 dias de isolamento e mais alguns bem mais difíceis em decorrência das sequelas temporárias da doença, voltei a pesquisa e direcionei minhas leituras para as pesquisas de outros e outras, na tentativa de localizar e entender os caminhos que levaram cada pessoa a desenvolver o trabalho na esperança de encontrar um jeito de desenvolver o meu também. Com as novas buscas cheguei até a dissertação da Mirna. Completamente emocionada com o trabalho, com o compromisso político tanto com a pesquisa quanto com os povos indígenas, as angústias da academia, o trabalho de campo e do seu encontro com as mulheres A'wẽ Uptabi<sup>4</sup>, a dissertação de Mirna me abriu possibilidades.

Percebi que para minha pesquisa acontecer, precisava dos encontros sensíveis como o que ela havia vivenciado com as mulheres A'wẽ Uptabi e para isso, era necessário muito mais do que os arquivos tinham para oferecer, então fui para o ENEI. Essa mudança ocasionada pela experiência em campo, colocou em movimento uma série de sentimentos, impressões e ideias que há tempos vinham sendo cultivadas a distância e que ainda não tinham sido vivenciadas porque tudo que eu havia feito academicamente, partia apenas de pesquisas bibliográficas e de pequenos encontros ao longo do período da graduação.

A falta de experienciar a potência que habita nos modos de fazer política dos povos indígenas, junto com minha persistência em narrativas de fim de mundo e outras

---

<sup>4</sup> “Aprender com o silêncio das mulheres A'wẽ, participando da colheita do broto do buriti com os pés atolados até o joelho no brejo, sentindo chuva sobre os rostos e o facão na mão, é aprender a partir da subjetividade, de encontros sensíveis.” (ANAQUIRI, 2019, p.53.)

catástrofes, não me deixava captar a força das ações, dos cantos, das mobilizações, da criação de estratégias para lutar contra o vírus, contra o genocídio, para o bem-viver entre outros regimes de criatividade evocados na resistência dos povos indígenas, de sustentar o céu, de continuar vivendo. O céu por sua vez, é mantido onde deve estar, tanto pelos xamãs que fazem os *xapiri* dançar (Kopenawa e Albert, 2017), mas também a partir dos encontros, pelas redes de fortalecimento que sustentam a resistência ativa, pulsando e acontecem independente da presença física; pelos grafismos, miçangas, sementes e penas, que adornam as cabeças, orelhas, pernas e braços, mas também pela força dos cantos, das rezas e da importância de celebrar a vida, em todas as oportunidades possíveis.

Foi a partir desse primeiro encontro <sup>5</sup>que, uma escrita que antes era solitária e sem muitas perspectivas, passa a ser repleta de pessoas, histórias, sonhos, planos coloridos de urucum e jenipapo e de convites para estar presente em outros lugares. O Encontro (lugar político de construção de ações e formação política de base) e o encontro (no sentido mais literal da palavra-ação, de me encontrar com pessoas e novas perspectivas de organização e de teoria), tornaram essa dissertação possível de ser pensada, criada, trabalhada e escrita; eles me proporcionaram tudo que faltava: gente, sons, encontros, criações políticas, estratégias, trabalho coletivo, vida e coletividade.

O primeiro capítulo, “Uma perspectiva de ação política a partir do canto”, foi pensado a partir do modo como os cantos, principalmente do povo Pataxó da Aldeia Boca da Mata na Bahia, me afetaram desde o primeiro dia do Encontro. Tendo esse momento como ponto de partida, pude perceber a forma como o canto organiza as atividades diárias, fortalece quem ouve, convida para perto quem está longe e em como é utilizado como uma forma de ação política, que não só no movimento indígena estudantil, mas em todos as ramificações dos movimentos indígenas. Os cantos são uma forma de fazer política que por sua vez, rompem com o ideal da política dos brancos, “os cantos são nossa forma de fazer política, diferente do modo dos brancos”, me ensina Chirley Pankará em uma de suas falas durante o Encontro. A partir desse primeiro contato com os cantos, tendo em vista como eles produzem e organizam outros modos de fazer política, do impacto de pisar no campo, foi possível perceber a centralidade que

---

<sup>5</sup> [...] nosso conhecimento do mundo vem de nosso corpo, de nossa carne. Mesmo que os sistemas de registros da civilização, como as taboas de cera, os pergaminhos e a imprensa, nos tivessem feito esquecer da prioridade do corpo, ele afirma a cada vez sua posição primeira e determinante. Ele é o primeiro suporte da memória e da transmissão, nada no entendimento deixa de passar antes pelos sentidos, ele foi nosso primeiro cogito. Eu sinto, vejo, saboreio, ouço, cheiro, toco, diz Serres, e daí eu falo. (FILHO, 2005, p. 12)

os cantos e a música ocupam na dinâmica política e como eles o canto e a música, se alternam entre os momentos de articulação, preparação para plenárias e preparação do espaço para receber as discussões (canto) e dos momentos de descontração, descanso, confraternização (música).

Me dediquei a observar essa autonomia e criatividade na prática da ação política ameríndia a partir dos cantos de cada povo, mas também da música que se fazia presente em todos os momentos. Caixas de som portáteis conectadas ao celular ou pequeno grupos cantando alguma música, eram um convite para que mais pessoas se juntassem para ouvir, cantar e dançar junto. A música e o canto organizavam a movimentação constante de ideia e de corpos naqueles espaços. Tudo sempre se movia, se encontrava e seguia a partir do canto e da música.

A formação política acontece na base com as crianças e se estende até os anciões, que sempre têm muito para ensinar, mas também muito a aprender com os mais jovens e seus novos métodos de levar a palavra-flecha <sup>6</sup> até onde ela precisa chegar. As redes sociais cumprem um papel importante na manutenção, na estratégia e articulação das lutas isso fica mais evidente com a quantidade de comunicadores indígenas realizando registros de imagem e som desses movimentos. O ENEI foi amplamente registrado e compartilhado nas redes sociais de modo que quem não pode ir, conseguiu acompanhar tudo pelas redes sociais tanto pelas fotos quanto pelas *lives* realizadas diariamente pelo perfil do Encontro no *instagram*, que também foram fundamentais para a elaboração da carta final que serviu como balanço das ações e registro do que acontecera durante aqueles dias. Tudo isso, além das conversas com meus companheiros de viagem, me ajudaram a pensar em muitas coisas, mas também a compreender como as coisas são pensadas e estruturadas; assim como o próprio balanço feito pelos alunos e alunas, em formato de vídeo e compartilhado dias depois do Encontro em um espaço de discussão organizado pela Universidade.

O campo do segundo capítulo começou a ser mobilizado ainda no ENEI, quando em nossas conversas as pessoas perguntavam se eu tinha ido no Acampamento Terra Livre (ATL) naquele ano ou em outro e, diante da minha negativa começaram a surgir convites para ir no ano seguinte. Junto dos convites as articulações para solicitação de

---

<sup>6</sup> Em algum dos momentos de mobilização, ouvi uma conversa que se desenrolava atrás de mim e uma das pessoas, reforçando o compromisso de suas palavras disse “minha palavra é flecha, depois de lançada não volta atrás.” E por não voltar atrás, essa palavra termina sendo um compromisso firmado e honrado até o fim e assim como uma flecha, alcança longas distâncias e se mantém firme onde chega. Sustentar a palavra e a mensagem que ela carrega é tarefa compartilhada e vital para o movimento.

um ônibus da Universidade para garantir que todos que quisessem, tivessem acesso a um transporte gratuito começavam a acontecer juntamente com a alegria pelo encontro dali a alguns meses. O Acampamento também era muito aguardado por conta dos famosos “inferninhos”, uma versão semelhante à da programação cultural paralela que havíamos feito e aproveitado durante aqueles dias de ENEI, e que é um momento importante de descanso e celebração em meio ao constante estado de guerra que cada um e uma vivencia em seus territórios (aldeias, universidades, escolas, cidade). Foi a partir do ATL que entendi que festa e guerra compartilham o mesmo espaço e se fazem extremamente necessárias para a manutenção da resistência e da luta<sup>7</sup>. E como o ATL faz parte do calendário nacional de mobilização dos povos indígenas, há uma grandiosa preparação para que o maior número de pessoas esteja presente, então aquela era a melhor oportunidade dos reencontros e de novas celebrações.

Por nunca ter ido ao ATL, tudo que eu tinha era uma pequena noção do que havia visto em jornais e redes sociais, e que ganhava cor e forma a partir do relato de outras pessoas. Ao chegarmos no acampamento, pouco do que eu havia imaginado se assemelhou ao que meus olhos viram. “Quando os movimentos se encontram – Acampamento Terra Livre 2023”, é um capítulo que tem como campo a cidade de Brasília, lugar que recebe a maior mobilização dos povos indígenas no Brasil desde 2004 e faz parte da agenda política de mobilizações do Abril Indígena. Construído como uma forma de ressignificar o 19 de abril “dia do índio” e planejar de maneira simbólica e política, um mês de luta, demarcação dos espaços físicos, na política com intensas articulações e planos estratégicos para a luta do ano todo.

A décima nona edição do Acampamento aconteceu em uma conjuntura política diferente dos últimos 6 anos<sup>8</sup>. Tanto pela eleição de um presidente que se comprometeu publicamente durante sua campanha, com a emergência das pautas indígenas, mas pelo reconhecimento ainda que tardio, do trabalho incansável que tem sido realizado pelos

---

<sup>7</sup> [...] o ATL é uma articulação política feita para/contra o Estado brasileiro e, nesse sentido, aos moldes dos brancos (organizações indígenas, protocolos burocráticos), não deixa de ser afetado pelos modos ameríndios de fazer política: na festa e na guerra. “A festa é congregação e produção de diferenças, celebração de alianças” (PERRONE-MOISÉS, 2015, p. 80, grifos nossos) e, no ATL, isso não se mostra diferente: é produção de diferença, intensiva e extensiva, em relação aos brancos e aos seus modos de fazer política. (BRUNORO e TANNUS, 2020, p.142)

<sup>8</sup> Em 2016 houve o golpe de estado contra a presidenta eleita, Dilma Roussef, e quem assumiu a presidência foi seu vice e articulador do golpe, Michel Temer. Temer ficou no poder até o fim de 2018 quando o candidato da direita, Jair Bolsonaro é eleito. O que veio a seguir com a posse do então presidente eleito, foi um cenário de retrocessos e dismantelamentos em vários segmentos e com grande ênfase nas políticas indigenistas e ambientais do país. Os ATL's que aconteceram durante os anos de 2017 a 2022 foram marcados por ações ofensivas por parte da polícia bem como o fechamento do diálogo por parte dos presidentes com os povos indígenas.

povos indígenas, da mobilização constante e pelo trabalho de formação política que resultou eleição de deputadas indígenas e de uma bancada do cocar. “Nunca mais um Brasil sem nós”, é muito mais que um *slogan*, é um aviso de que bastidores não serão mais aceitos, independente de quem governe na política dos brancos. A criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), uma promessa da campanha presidencial e que foi efetivado com Sonia Guajajara enquanto ministra, a presidência da FUNAI para Joenia Wapichana, que também deixa de ser Fundação Nacional do Índio para ser Fundação Nacional dos Povos Indígenas e por Weibe Tapeba como secretário da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), são um pequeno anúncio das articulações para os próximos tempos.

Pequenas aldeias se movimentam ao serem parcialmente transportadas em ônibus que atravessam o país até a capital federal para acontecimentos como o ATL. Em seus porta-malas, panelas e maracás são transportados com a mesma importância e cuidado, pois é preciso estar alimentado para segurar o céu e fazer política, mas é preciso, também dos maracás para cantar, rezar e dançar enquanto se segura o céu. A democracia selvagem, manifestada nas figuras ilustres das parentíssimas e parentíssimos que agora (mesmo que muito tardiamente), ocupam lugares de poder, mostra que os movimentos fazem com que certas estruturas institucionais mudem, apesar de mostrarem resistência.

Quando comecei a acompanhar presencialmente as mobilizações indígenas de alcance nacional – tanto por conta da pesquisa quanto por compreender a importância de estar presente nesses momentos, não imaginei que estaria presente em momentos como a votação do Marco Temporal. Mais uma vez, os convites e os movimentos foram os responsáveis por ajudar para onde olhar e quando estar presente. A tese jurídica do Marco Temporal é um assunto que vem sendo pauta em todas as mobilizações indígenas que acompanhei e antes delas, no ENEI por exemplo, a questão era presente em grande parte das falas, tendo um painel dedicado a discutir exclusivamente o significado a aprovação da tese. Com a proximidade da retomada da votação, no ATL a tese era pauta recorrente nas falas feitas no palco e nas conversas do dia a dia, mas a questão também extrapolava esses espaços e adentrava manifestações de todo tipo. Em meio aos cartazes de outras reivindicações, sempre havia uma “não ao marco temporal” ou alguma outra frase do tipo, sempre estiveram presentes e foram carregadas e divulgadas por povos indígenas, mas também por não indígenas que, compreendendo a importância de o assunto estar constantemente na memória das pessoas, se somaram a causa.

Foi nesse momento histórico da luta dos povos indígenas que o terceiro capítulo surgiu. Durante os momentos anteriores de mobilização, a pauta do Marco Temporal sempre esteve presente sendo, em cada oportunidade amplamente discutido e explicado de modo que pudesse ser compreendido por todos. Mais uma vez, Mirna e eu estávamos juntas e as vezes em silêncio, as vezes conversando e compartilhando a apreensão do que estaria por vir nas próximas horas.

\*\*\*

A pesquisa teve como metodologia o trabalho de campo e o diário de campo. As fotografias também foram um recurso narrativo importante para a pesquisa pois a sensibilidade no olhar é parte importante na formação antropológica (Novaes, 2021), que organiza a partir de três entradas em campo sendo a primeira em Campinas-SP e as outras em Brasília-DF.

A formação dos corpos juntamente com a formação política, a pluralidade que habita as pessoas que cantam, dançam e se pintam para fazer política e do próprio fazer política a partir de uma criatividade singular, foram progressivamente observadas no Encontro, no Acampamento e durante a mobilização para a votação do Marco Temporal e meu olhar para essa formação, se sensibilizava em cada uma das experiências. Assim como minha audição que passou a captar com mais precisão, as vozes que cantavam e rezavam em cada atividade.

O que se leva para o campo é muito mais do que a formação acadêmica, é também uma leitura política da vida e o que se traz dele, tem uma relação muito estreita com o que se leva. Grande parte do que foi possível, dos convites, do que foi vivido e da minha formação aconteceu quando as plenárias terminavam e o forró começava. Era o momento de chegar para perto e convidar para dançar e entre pisadas nos pés e algumas perguntas, nos conhecíamos melhor. A constante tensão de se estar em guerra, de não saber quando se vai “tombar”, como disse Jânio Kaiowá durante o ENEI, mas estar em constante estado de alerta; os deslocamentos para mobilizações longe de seus territórios, o avanço das violências e a violência de se viver nas cidades, estar nas universidades mesmo quando a presença de cada um e uma é rejeitada pelos colegas, mas em muitos casos, pelos próprios professores, como repetidas vezes ouvi. Para que seja possível suportar tudo, para que seja possível criar outras experiências e transformar os lugares, um forró e um inferninho contribuem para que a luta possa continuar.

\*\*\*

Toda essa pesquisa foi construída na transição dos isolamentos sociais para a vacinação e com a imunidade adquirida através das doses de reforço, a retomada dos encontros presenciais. Em cada uma das mobilizações que acompanhei, principalmente em 2023 quando foi decretada o fim da emergência de saúde pública referente à COVID-19 <sup>9</sup>, foram marcadas pela resistência da sobrevivência que é cotidiana, mas que se intensificou com a pandemia e a memória dos que partiram por conta das complicações da doença.

A presente pesquisa foi mais do que uma pesquisa e essa dissertação, é mais do que um texto pois, “[...] aqui os nativos são concidadãos. Por isso mesmo, o trabalho etnográfico sempre foi entre nós uma experiência de militância social e política que ultrapassa o formato acadêmico” (ALMEIDA, p.73, 2004). Transitar entre lugares, conhecer pessoas, experienciar encontros a criação de alianças-político-afetivas em cada um dos momentos de articulação em que estive presente, ultrapassam muitos limites do que é acadêmico e talvez em alguns momentos, houve uma certa dificuldade em organizar certos acontecimentos e até mesmo um distanciamento do que era meu e do que era coletivo. Por mais que teoricamente houvesse uma preparação, estar nessas mobilizações e etnografar cada uma delas, foi um grandioso desafio.

Escolher escrever é de fato, arriscado e nos aproxima de lugares nunca vistos (Diniz, 2012), mas realizar a pesquisa também é. Foi desafiador ao retornar do campo para a escrita, tendo ouvido cantos e conversas em línguas originárias; vendo as pessoas com suas cores, organizações e corporalidades se deslocando de todo país e se encontrando para realizar a maior assembleia indígena do país; sentir o calor do centro-oeste em pleno abril ou o frio do sudeste em pleno julho, os cheiros de jenipapo e urucum, da poeira que sobre quando um grupo dança ou se move rumo a uma marcha, participando dos inferninhos ou ouvindo o hino nacional <sup>10</sup> cantando em línguas indígenas.

---

<sup>9</sup> Declaração do fim da pandemia de COVID-19: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>

<sup>10</sup> Hino nacional cantado por Djuena Tikuna e Tainara Kambeba <https://www.youtube.com/watch?v=vs7hlp9HErk>

As palavras escritas não conseguem dar a real dimensão dos caminhos, encontram barreiras para descrever os atravessamentos, as mudanças no decorrer da pesquisa e principalmente, não conseguem respostas para todas as coisas – aliás, as respostas são quase ínfimas diante da complexidade das perguntas que surgem a todo momento. Mas compreendi que, mesmo que as palavras não deem conta de nomear, descrever, contar o muito que aprendi e senti com meu corpo e coração enquanto realizava a pesquisa, com as pessoas que conheci e diante de todos os entraves vividos, compartilhar esses sentimentos que atravessaram todo o processo são um modo lembrar que as pesquisas não seguem uma linearidade de acontecimentos e que na antropologia, nunca se sabe quando é que as coisas vão acontecer e muito menos, como elas vão terminar. E é talvez, nessa incerteza do que vai acontecer, que as coisas mais importantes acontecem.

Figura 1 - Marcha do primeiro dia do 19º Acampamento Terra Livre - 2023



Fonte: arquivo pessoal

## CAPÍTULO 1 UMA PERSPECTIVA DE AÇÃO POLÍTICA A PARTIR DO CANTO E DA MÚSICA, NO IX ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES INDÍGENAS

Os antigos cantaram seu caminho por todo o mundo. Cantaram os rios e as montanhas, as salinas e as dunas de areia. Caçaram, comeram, amaram, dançaram, mataram: para onde fossem suas trilhas, deixavam um rastro de música.

Envolveram todo o mundo numa teia de cantos; e, por fim, quando a Terra tinha sido cantada, sentiram-se cansados. (CHATWIN, 1996, p.105)

Os cantos dos espíritos se sucedem um após o outro, sem trégua. Eles vão colhê-los nas árvores de cantos que chamamos *amoa hi*. *Omama* criou essas árvores de línguas sábias no primeiro tempo, para que os *xapiri* possam ir lá buscar suas palavras. Param ali para coletar o coração de suas melodias, antes de fazerem sua dança de apresentação para os xamãs. Os espíritos dos sabiás *yōrixiamá* e os dos espíritos japim *ayokora* — e também os dos pássaros *siti-pari si e taritari axi* — são os primeiros a acumular esses cantos em grandes cestos *sakosi*. Colhem-nos um a um, com objetos invisíveis, parecidos com os gravadores dos brancos. Mas são tantos que nunca conseguem esgotá-los! (KOPENAWA e ALBERT, 2016, p113)

Esse capítulo tem como objetivo abordar a ação política ameríndia através dos cantos indígenas, mas também das músicas em língua portuguesa, a partir do meu encontro com o movimento indígena estudantil, tendo como objetivo evidenciar outras formas de fazer política, seja através dos cantos em língua nativa, da mobilização estudantil para uma plenária ou a reunião debaixo de uma árvore com uma caixa de som, um celular com internet para ouvir música.

O histórico das edições do ENEI quem vem a seguir, existe para que fosse possível acompanhar a construção das pautas, a formatação do Encontro, a pluralidade de demandas e a diversidade de temáticas. Narro parte dos dias do evento, trazendo à tona os momentos em que o canto me afetou, pois, “[...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo [...] aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer.” (FAVRET-SAADA, 2005, p.13). Durante esse capítulo, me dediquei a observar essa autonomia e criatividade na prática da ação política a partir dos cantos de cada povo, bem como a presença constante da música em todos os momentos do Encontro. Não me lembro de não ouvir uma caixinha de som tocando ou alguém cantando. A música e o canto organizavam a movimentação constante de ideias e corpos

naqueles espaços e assim, tudo sempre se movia, se encontrava e seguia o caminho outrora planejado.

Depois de experienciar as grandes limitações e pequenas expansões das possibilidades de pesquisa (Betto, 2022), houve o momento em que uma virada significativa aconteceu. Ao reparar no movimento da vida e em outros modos de existir, é possível perceber que, por exemplo, para os povos indígenas em momentos decisivos como nas manifestações que acontecem ocupando rodovias país afora e a dentro, nos Acampamento Terra Livre que reorganiza Brasília anualmente desde 2004, em reuniões diversas, encontros, celebrações, nas manifestações dentro e para adentrar as universidades, na luta e no cotidiano, os cantos estão presentes. Não há um lugar ou momento específico, ele surge e é entoado sempre que necessário dizer, organizar, benzer, se proteger, celebrar e se preparar para guerra.

A palavra cantada e rezada tem uma importância política sem comparação ou equivalentes para os povos indígenas e no contexto dos movimentos, é ela quem inicia toda e qualquer atividade. A partir do canto, tudo se organiza e é a partir dele que a política ameríndia acontece; através da reza o território está protegido; com a música há o descanso, o encontro, o respiro.

O canto é uma forma de fazer política e se faz presente em todas as articulações de luta, e a música é o momento da descontração, do descanso e do cuidado. Diante da falta de conhecimento dos não indígenas<sup>11</sup> sobre a pluralidade de corpos e manifestações indígenas, aliada a uma ideia ainda fantasiosa e violenta fortemente reproduzida e sustentada por não indígenas<sup>12</sup>, sobre os povos originários<sup>13</sup> no Brasil, ou como bem disse Alcida Rita Ramos (1994) sobre a noção que erroneamente se tem (mais uma vez, dos não indígenas) de um “índio hiper-real”, pode-se cometer um equívoco e se considerar que todos os cantos a que me refiro sejam somente em línguas nativas e/ou, com letras politizadas ou de ordem espiritual. É claro que há e de maneira muito forte, a manifestação de tais cantos, principalmente em momentos em que é preciso se fortalecer para lutar, mas a música também se faz presente e apesar de parecerem ser a mesma coisa, aqui eu as coloco em chaves diferentes.

Operando com as categorias de festa e guerra (Perrone-Moisés, 2015) para organizar o modo como as músicas (festa) e cantos (guerra), se dividem e se organizam

---

<sup>11</sup> Esse é modo como a maioria dos povos indígenas com quem estive, se referem a todos, todas e todes que não são indígenas.

<sup>12</sup> Quando me refiro a não indígenas, me refiro a pretos e brancos, de dentro e fora da universidade.

<sup>13</sup> Por povos originários aqui compreendo somente os povos indígenas.

na ação política ameríndia. Na chave da festa, tem forró, música eletrônica, tem o rap que transita entre as línguas indígenas e o português, assim como há uma presença muito marcante de outros ritmos musicais como o sertanejo, forró pé de serra, funk cantados na língua portuguesa e que estão igualmente presentes nos eventos, festas e momentos de descontração. Os cantos (guerra), também fortalecem, provocam união, demarcam territórios e mobilizam de um jeito que talvez a gente que é não-indígena, não perceba ou não se atente para a potência política que habita nesses momentos.

“Buscar a política e encontrar a festa.” (Brunoro e Tannus, 2020, p.138), foi mais ou menos isso que concluí ao participar do IX Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI) que ocorreu em Campinas, São Paulo na Universidade de Campinas (Unicamp), de 26 a 29 de julho de 2022, que teve como tema, a ancestralidade e a contemporaneidade.

Essa foi a minha primeira experiência em um encontro totalmente concebido e organizado por estudantes indígenas e o primeiro evento acadêmico pós os períodos mais intensos da pandemia. A todo momento tanto durante a viagem de ônibus de Goiânia a Campinas, durante o Encontro as memórias sobre as edições passadas, a mudança na estrutura, o expressivo alcance que a cada ano ficava maior e o engajamento das pessoas nas atividades e discussões ressaltavam a importância política da existência daquele acontecimento na agenda de mobilizações indígenas de alcance nacional.

Apesar do encontro ser voltado para a educação superior, que como consta nos registros foi o pontapé inicial da realização do primeiro ENEI, a cada ano as temáticas debatidas se pluralizavam e isso se deve aos corpos que passaram a ocupar as universidades, uma vez que eles também se diversificavam. Esses entrelaçamentos que passaram a acontecer à medida que o ENEI avançava em suas edições, deram outras perspectivas as discussões da permanência estudantil e ampliaram as possibilidades para as questões que os acompanham desde seus territórios como a demarcação das terras, as perseguições e assassinatos de jovens, lideranças, ñhandesys e ñhanderus Guarani Kaiowá; em grande medida, provocam também uma espécie de retomada para a importância da ancestralidade, de se ouvir os mais velhos e de se compreender que esse fluxo de acontecimentos fazem parte da circularidade do tempo e provocam o estímulo a criatividade para a resolução dos enfrentamentos.

O I ENEI ocorreu em 2013, com o tema Metas e desafios no caminho do Ensino Superior, realizado por iniciativa dos indígenas estudantes da UFSCar, universidade que nos sete anos anteriores consolidou uma política

de ações afirmativas para os povos indígenas baseada em vestibular diferenciado, que atendessem às demandas e às especificidades dos povos e da educação indígena prevista pela Constituição brasileira.

Desde então estamos debatendo e articulando as pautas no que diz respeito ao acesso e à permanência dos indígenas estudantes nas universidades. O acesso indígena à universidade proporcionou reflexões renovadas sobre a terra, a floresta, as águas, a palavra e o silêncio dos mais velhos, a escuta. Os encontros têm alimentado esse entrelaçamento.

O tema Ancestralidade e contemporaneidade traz algumas perspectivas circulares do tempo. Ao orientar nossas ações e reflexões contemporâneas em experiências e conhecimentos que nossos ancestrais e anciões compuseram, ritualizamos o passado, transformando o presente e criando futuros. A proposta do encontro é constituir, através de uma abordagem crítico-epistemológica, um panorama do momento que vivenciamos, não como um processo linear ou estático, mas cíclico, no qual é possível atuar criativamente.

O tema ainda traz como princípio evidenciar o protagonismo dos estudantes indígenas no contexto acadêmico, valorizando as histórias e os saberes a partir das suas cosmovisões. Dessa forma, buscamos demarcar espaços no Ensino Superior, na perspectiva de descolonizar o conhecimento produzido sobre povos indígenas e apresentar conhecimentos produzidos com povos indígenas.

(Relatório do IX ENEI, 2022, pgs.7 e 8)

Tudo isso tem sido muito bem registrado pelos alunos e alunas que organizam o Encontro, através de relatórios que são disponibilizados ao fim dos Encontros, juntamente com uma carta-balanço do que fora trabalhado durante aquela edição. Esses documentos, assim como essa pesquisa pretende, geram registros e ajudam na construção de uma memória que por sua vez, também contam uma história do país e das formas de se fazer política. O trecho acima, pertence a carta lida durante o último dia do IX ENEI e de onde consegui a compreender a potência política que habita essa articulação indígena estudantil. Foi através desses relatórios, mesmo que breves e das memórias de Encontros anteriores e que foram compartilhadas ao longo do caminho até Campinas, que pude compreender como as

## 1.1 UM ENCONTRO COM O MOVIMENTO INDÍGENA ESTUDANTIL

Quando alguém disser que esse conhecimento não é científico, responda que ele é o maior que há. (Chirley Pankará em sua fala durante a abertura do IX ENEI)

A colonialidade do saber se dá por meio da prescrição do conhecimento acadêmico ocidental europeu e norte-americano e a rejeição do saber popular. Afinal, é no âmbito epistemológico que a colonialidade enaltece sua dominação, reduzindo e selecionando conhecimentos, validando alguns e excluindo outros, impossibilitando o emergir de outras perspectivas epistemológicas. (SILVA, 2021, p. 110).

Só tomei conhecimento da existência do ENEI em sua nona edição e a convite de minha amiga, Mirna Anaquiri, que é indígena, pertencente ao povo Kambeba e que na época do convite e do evento, estava doutoranda na UFG no Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual. Ela que participa do encontro desde a sua primeira edição, celebrou muito o fato de que dessa vez o calendário do encontro coincidir com as férias (lembro dessa ser uma das observações dela ao me convidar, porque finalmente poderia ir por ser no período das férias do trabalho). No primeiro momento, me dividi em um misto de empolgação e incerteza em participar enquanto não indígena, de um evento sobre, para e com estudantes indígenas e eu sabia que esse questionamento vinha muito fortemente da minha pouca participação presencialmente em lugares políticos e de poder, ocupados predominantemente por povos indígenas por isso pairava a dúvida de que se aquele lugar também seria para mim.

O transporte para o ENEI foi viabilizado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) através da Secretaria de Inclusão e Permanência (SIN) que solicitou uma reunião para apresentar as condições para a disponibilização do ônibus e a professora que seria responsável pelo ônibus, condição a qual todos os estudantes já estão familiarizados. Foi um momento de apresentações, diálogos, mas também de uma certa exigência de uma devolutiva do Encontro como uma contrapartida da viabilização do ônibus.

Figura 2 - Reunião com a SIN sobre os detalhes da viagem – 2022



Fonte – arquivo pessoal

Depois de todas as questões acertadas, restavam poucos dias e muita expectativa para a viagem e no grupo de *whatsapp* as fotos com os preparativos da viagem

chegavam a todo momento, junto com os lembretes do que não esquecer, pedidos de empréstimo de algum item que estava faltando e o mais importante, das comidas para comermos durante a viagem. Mirna e eu combinamos um cachorro quente coletivo e em meio a minha apreensão de como transportar, como ajeitar as coisas para darem certo, ela surge com a solução “coloca numa pet e tá tudo certo”.

O receio sobre minha participação teve um curto período de duração pois ao entrar no ônibus e começar a interagir com as pessoas, compartilhando as expectativas e ouvindo as histórias que surgiam de mobilizações anteriores o cenário era bem semelhante ao da militância estudantil a qual eu estava familiarizada, mas era mais acolhedor e animado. Registramos a saída como havia sido combinado com a SIN, embarcamos e em menos de cinco minutos, uma fome coletiva se manifestou e de grande parte das sacolas, saíam bolachas, frutas, paçoca de carne de sol feita pelo pai de uma das pessoas, e meu cachorro quente. Xícaras, pratos, colheres, potes de manteiga, margarina e sorvete brotavam de todos os lugares e eram compartilhados com quem não tinha. Aquele momento foi o prenúncio do que estava por vir

Figura 3 - Grupo de estudantes juntamente com a professora e os motoristas – 2022



Fonte – arquivo pessoal

Figura 4 - o lanche coletivo e cachorro quente na garrafa



Fonte – arquivo pessoal

O Encontro e os momentos que o antecedem, fazem parte desse lugar de formação política, de ativismo e de alianças e a todo momento, seja nas confraternizações onde perguntavam de onde eu vinha, se pertencia algum povo e quando dizia que não, me desejavam boas-vindas; ou na maioria das falas feitas durante o ENEI, a questão não era só dizer que não indígenas também eram bem vindos, mas que nossa presença se fazia necessária. Apesar de necessária, era preciso saber que, aquele espaço de discussão e troca, não era nosso (não indígena), aquele era um lugar em que a formação do não indígena, principalmente para pesquisadoras e pesquisadores, acontecia também, mas através da escuta e não da fala como habitualmente costuma acontecer.

Participar desse ENEI e ouvir as memórias que eram compartilhadas a todo momento de encontros passados, me instigou a saber das edições passadas e o que continua motivando ano a ano uma intensa mobilização por parte dos indígenas estudantes dos cursos de graduação, pós graduação e até do ensino básico, para estarem

presentes em qualquer que fosse o local escolhido para o encontro acontecer. Considero que retomar o histórico é importante pois ele dá uma dimensão da construção do movimento, assim como a relevância desse momento na agenda de luta dos povos indígenas e de como esse é um momento de fortalecimento, de troca e de caminhar junto.

O primeiro ENEI teve como tema “Educação Superior de Indígenas no Brasil: balanços de uma década e subsídios para o futuro”, aconteceu na Universidade de São Carlos (UFSCar) de 02 a 06 de setembro de 2013. A escolha da universidade se deu em razão do seu histórico uma política de inclusão através do vestibular indígena que acontece desde o ano de 2007 e que com isso, recebia alunos indígenas em seus três campi. À medida que as discussões aconteciam, outras pautas importantes como a saúde indígena a licenciatura intercultural para a propagação dos conhecimentos nos territórios também foi pontuada

A fim de contemplar todas as regiões do país e de também atender as demandas de acolhimento, ao fim do primeiro encontro foi definido que o próximo, que aconteceu em 2014, seria no centro-oeste do país, na Universidade Federal de Grande Dourados no estado do Mato Grosso do Sul, durante os dias 04 a 07 de agosto. O Encontro que teve como tema “Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios” tomou proporções maiores que o anterior e, dessa vez contou com a participação de “[...] 41 universidades brasileiras e 2 universidades latino-americanas (Universidade Indígena da Colômbia e Universidade do Equador), com populações pertencentes a 42 etnias diferentes.” (site do ENEI). As discussões transitaram por outros campos, como por exemplo, o descumprimento dos direitos assegurados na Constituição, a evitação nos cursos de direito, de abordar os direitos indígenas e mais uma vez, os desafios da permanência se fizeram presentes na discussão.

Indo para o sul do país, III ENEI aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis de 28 de setembro a 02 de outubro de 2015. Assumindo um caráter cada vez mais politizado (não só na temática, mas nas próprias ações praticadas), e o encontro teve como temática “Avanços e desafios na organização política e movimento indígena estudantil”.

O IV ENEI deu um salto para o norte do país indo para a cidade de Santarém no Pará, tendo com sede a Universidade Federal do Oeste do Pará. O evento teve como tema “Diversidade Pluriétnica nas Universidades: Problematizando o Racismo e

aconteceu de 15 a 19 de outubro de 2016. Curiosamente esse é o único encontro que não localizei nenhuma forma de relatoria, só informações básicas de data, local e tema.

Partindo de uma perspectiva decolonial, o V encontro aconteceu na Universidade Federal da Bahia e teve como tema “Espaço de afirmação, protagonismo e diálogos interculturais: descolonizando o pensamento”. Durante os dias de 11 a 15 de setembro de 2017, a universidade foi tomada por corpos plurais e amplas discussões, manifestações acerca dessa multiplicidade de corpos e perspectivas indígenas e sobre povos indígenas.

O VI ENEI voltou para o centro-oeste do país, mas dessa vez saiu da universidade e fincou raízes na Aldeia Jaguapiru, no estado de Mato Grosso do Sul. O tema escolhido para o ano foi “Territorialidade, Lutas e Resistência dos Povos Indígenas: do Tekoha à Universidade” e o Encontro aconteceu entre os dias 11 e 15 de setembro de 2018. Nessa edição o debate ambiental começou a ganhar terreno, assim como uma crítica ao modo de vida capitalista que a tudo consome e gera conflitos, tema que muito dialoga com a realidade dos povos indígenas que vivem nessa porção de terra e que convivem com conflitos intensos.

O VII ENEI desceu pro sul do país e dos dias 21 a 24 de outubro de 2019, fez da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre, um território indígena para encontro que teve como tema “Direitos Indígenas em perspectiva: das políticas de Estado ao estado de políticas indigenistas”. A partir do relatório é possível encontrar ressonâncias de encontros anteriores nos debates do presente ENEI, assim como a questão ambiental começa a entrar com maior força (não que antes ela não estivesse presente, mas agora há momentos específicos para abordar tais questões).

Marcado para acontecer em Boa Vista – Roraima, do dia 08 a 10 de novembro de 2020, o VIII ENEI não aconteceu em decorrência da pandemia da COVID-19 e não encontrei nenhum registro de que tenha acontecido de modo remoto. O IX ENEI foi singular por ter se dividido em duas etapas: uma remota, ainda em decorrência da pandemia da COVID-19, que ocorreu de 28 a 30 de julho de 2021, tendo como sede a Universidade de Campinas. Assim como nos demais Encontros, esse também teve a presença intensa de cantos, mesmo que tenha acontecido de maneira remota. A segunda parte do IX aconteceu dos dias 26 a 29 de julho de 2022 e foi o momento em que tomei conhecimento do ENEI, pude participar e a partir dele que esse primeiro capítulo se movimentou.

## 1.2 AS MÚSICAS QUE MOVIMENTARAM O ENEI

Todo deslocamento de alunos feitos pela UFG em veículo próprio ou alugado, necessita de uma organização prévia com todos os dados de quem vai viajar e sempre tem alguém responsável por isso, para essa ocasião a organização foi feita por Bruno Kambeba, aluno do curso de direito e participante do ENEI desde a primeira edição. A lista final é sempre incerta, mesmo quando tudo parece estar confirmado desistências e confirmações em cima da hora acontecem e para essa viagem, éramos 18 estudantes e uma professora, em uma lista que passou de 30 inscritos.

O ônibus saiu do campus 2 da UFG, onde uma parte dos alunos e a professora embarcaram, o restante se concentrou no Museu Antropológico da UFG, que fica localizado nas imediações da praça universitária, quando registramos o grupo completo. Saímos de Goiânia por volta de 08h e chegamos a Campinas por volta das 22h. Durante boa parte da viagem, depois do lanche coletivo, várias caixinhas de som que os alunos levaram, tocavam os mais diversos ritmos musicais, transitando do brega paraense ao sertanejo goianiense e, conforme íamos nos conhecendo e nos aproximando, levantávamos das poltronas para dançar no corredor do ônibus, contrariando parte das orientações dos motoristas que disseram para ficarmos sentado. “Eleita” como a música oficial desde a viagem e que mais tarde veio a ser a mais pedida nas festas paralelas, refeições no restaurante universitário e qualquer outra situação possível, “Tem Cabaré essa Noite” tocou até a última caixinha de som descarregar e quando descarregou, continuamos a cantar até desembarcarmos no destino final.

Ao chegarmos na UNICAMP fomos recebidos por parte da comissão organizadora e direcionados ao Ginásio Multidisciplinar que veio a ser nossa casa durante os dias do encontro. O ginásio era enorme e abrigou todos e todas que acamparam ou armaram suas redes, pois havia sido preparado da melhor forma possível para receber todos que chegassem, assim como os vestiários localizados no ginásio e na faculdade de educação física que ficava a poucos metros do ginásio. As equipes de limpeza se revezavam durante o dia e uma parte da noite para deixar todos os banheiros funcionando e limpos, equipes de segurança também estiveram presentes desde a entrada do ginásio até nas rondas da madrugada.

Nenhuma pessoa inscrita no Encontro, indígena ou não, teve qualquer custo com inscrição, alimentação e hospedagem, tudo foi custeado pela organização do evento que contou com patrocínio de diversos setores da iniciativa privada, além de recursos disponibilizados pela própria universidade. A gratuidade de eventos como esse viabiliza

a participação de um número maior de pessoas e isso era percebido em conversas informais de quem estava presente.

Ao chegarmos no ginásio, que ainda estava relativamente vazio, pudemos escolher a melhor localização (apesar do ginásio estar muito bem preparado para nos receber, lugares estratégicos como as tomadas, foram bem disputados) e decidimos ficarmos juntos. Enquanto as caixas de som e os celulares eram carregados, montamos nossas barracas e a medida que um terminava ajudava o outro e todo mundo terminou meio junto e com muita pressa já que a pequena festa que havia sido interrompida no ônibus, tinha planos de continuar ali mesmo nas imediações do ginásio, até o dia raiar.

Figura 5 - Parte do acampamento no ginásio da UNICAMP - 2022



Fonte: arquivo pessoal

Apesar do cansaço e do frio a vontade de reencontrar as pessoas era muito maior e nos deslocamos para o teatro de arena, onde um grupo de diversos estudantes sendo uma boa parte do Rio Grande do Sul, se encontravam em estado de festa. Conforme mais pessoas chegavam, novos pares para dançar se formavam e as aproximações com as pessoas novas acontecia. “Tem cabaré essa noite” deve ter tocado uma dúzia de vezes até eu ir dormir e em todas elas formávamos um coro e em uníssono, cantávamos o refrão. Outras músicas do sertanejo goianiense também compunham a *playlist* que era montada conforme os pedidos surgiam e os hits do momento se alternavam com sucessos passados embalando uma festa que parecia não ter fim.

Acompanhar a música como uma forma de acompanhar o movimento não era minha intenção, pelo menos não a primeira vista, mas com a recorrência de sua presença foi inevitável trazê-la para o primeiro plano da mobilização. Paisagens sonoras (Pinto, 2001) foram construídas desde a saída de Goiânia, tanto pelas músicas que tocavam nas caixinhas quanto pelo som das gargalhadas e vozes das conversas que não cessaram mesmo depois de algumas horas de viagem. Ao chegar no Encontro e no decorrer dos dias, principalmente com os cantos em línguas originárias, a música que se fizera presente desde a saída de Goiânia e que continuarem no decorrer dos dias; compuseram outras formas de paisagens que marcaram a cada um e uma pelo seu “[...] potencial comunicativo, emocional e expressivo [...]” (Pinto, 2001, p.248). A música fazia parte do movimento ao mesmo tempo e por conta dela, as pessoas se movimentavam; a partir dela que as pessoas se preparavam para as atividades cotidianas de formação, mas também com ela o descanso e a celebração aconteciam – etapas fundamentais para que o movimento aconteça e continue se fortalecendo ano após ano, mas também para que a vida não seja apenas uma sobrevivência, mas uma vida plena e digna.

### **1.3 O ENEI, OS CANTOS E A POTÊNCIA DA AGÊNCIA POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS**

O primeiro impacto sonoro é marcante, é tão delatador quanto a luz peculiar de uma região nova, as suas cores ou odores que a compõe (Pinto, 2001)

A programação para a manhã seguinte a nossa chegada contava com o credenciamento e a abertura do Encontro. Ao acordarmos para nos prepararmos para as atividades, deparamos com um colorido de barracas no ginásio mais expressivo do que na noite anterior e conseqüentemente, uma movimentação muito mais intensa era ouvida e sentida. Parte de nós, acordou com o canto do povo Pataxó, da aldeia Boca da Mata, enquanto se preparavam pintando seus corpos com uma argila amarela, urucum e jenipapo. Após a pintura, adornando seus corpos já pintados com cocares com penas coloridas e vibrantes, braçadeiras e tornozeleiras de sementes, colares, brincos e pulseiras de miçangas com cores vivas, complementares e contrastantes, cintos sendo alguns feitos de pele de onça e outros apenas com sementes, o canto continuava, mas agora, de modo mais intenso com o acompanhamento de instrumentos de percussão.

Um canto ou uma série deles eram ouvidos por todos que estavam no ginásio, as vozes eram em um tom grave e entravam no exato ritmo dos tambores que os acompanhavam. Uma “paisagem sonora” (Pinto, 2001) era formada naquele a partir do

momento em que essas e outras sonoridades (conversas, músicas em caixas de som, gritos, assovios) eram percebidas. O grupo, composto por homens e mulheres de todas as idades – adultos, adolescentes, crianças e idosos – era diferente do nosso que era contava apenas por estudantes de uma faixa etária bem semelhante. Durante aquele momento de preparação coletiva e ao visualizar a quantidade de pessoas que haviam chegado durante a noite e das demais que não paravam de chegar, comecei a compreender e a dimensionar a importância política daquele encontro para todas as pessoas ali presentes.

Parte do meu grupo saiu do ginásio para o café da manhã no Restaurante Universitário (RU) e ao retornamos encontramos com o grupo Pataxó se deslocando para o teatro de arena onde fariam a cerimônia de abertura. Acompanhados por maracás e tambores que não cessaram mesmo ao se deslocaram do ginásio ao teatro de arena (os homens adultos estavam na frente da fila, as mulheres atrás carregando no colo as crianças menores e as crianças maiores seguiam numa fila paralela à dos adultos) e nem na tenda, montada ao lado do teatro para acolher os convidados. Aquele canto e os sons advindos dos instrumentos e dos chocalhos em forma de cintos e tornozeleiras pendurados nos corpos daqueles homens e mulheres, prendeu a atenção dos presentes – assim como a minha, e de alguma forma (pelo menos essa foi a impressão que tive após os cantos terminarem) organizou o lugar para a continuação da abertura do evento.

Os Pataxó formaram um semi-círculo com os adultos na parte de fora e as crianças maiores na parte de dentro, as mulheres com as crianças menores no colo ficaram no fim da fila; os homens cantavam a primeira parte dos versos com um tom grave e mais alto e na segunda parte entravam as mulheres, num tom mais agudo. O semi-círculo se deslocava em sentido anti-horário, mas em alguns momentos mudava rapidamente. Os tambores e maracás tocavam dentro de nós e a cada instante, os demais participantes iam chegando e se espremendo nos bancos de cimento do teatro, pelo chão e nas beiradas do teatro, para ouvir os cantos e as apresentações a seguir.

Figura 6 - Povo Pataxó após sua apresentação no ritual de abertura do IX ENEI - 2022



Fonte – arquivo pessoal

\*\*\*

O teatro de arena ficava a cerca de 300 metros do ginásio em que estávamos acampados e, parte das atividades aconteciam lá além de ser o ponto de concentração de todas as manhãs e o palco das noites culturais. As demais atividades se dividiram em tendas montadas no entorno do teatro, nas salas do chamado ciclo básico, na praça da paz e auditórios. Havia uma tenda montada especialmente para as crianças, com atividades acompanhadas por monitores e duas camas elásticas que ficavam disponíveis durante todo o dia. A comissão organizadora, montada por estudantes tanto da graduação quanto da pós-graduação, de diversas universidades deu as boas-vindas e as apresentações começaram. Não só as formalidades com as quais estamos habituados em eventos acadêmicos, partidários e estudantis, mas uma sucessão de “quebra de protocolos” como diziam a cada vez que uma delegação ou participante chegava, e os cantos tomavam conta daquele lugar mais uma vez.

O Ritual do Povo Guarani M'bya foi realizado por jovens de faixa etária entre 14 e 25 anos, aproximadamente. Foi um ato carregado de espiritualidade. Davi, Cacique da Terra Indígena (T.I) Jaraguá, fez sua apresentação e uma breve intervenção, evidenciando a relevância do

encontro como um espaço de resistência. O coletivo Awuê Heruê da Aldeia Boca da Mata - Pataxó, iniciou o ato para oferecer bons dias na língua pataxó. Foi um ritual com cânticos e instrumentos característicos. Entre as letras dos cânticos destacam-se os seguintes trechos: “Eu sou guerreiro pataxó”, “A nossa força vem da mata”, “Eu estou cantando pra floresta”, uma revelação da resistência que defendem os povos e comunidades indígenas no Brasil e da relação ser humano-natureza. (Relatório Final IX ENEI, p. 10, 2022)

Figura 7 - Teatro de arena da UNICAMP - 2022



Fonte – arquivo pessoal

A cerimônia de abertura foi marcada pela presença e pela fala de Arlindo Baré indígena da etnia Baré, estudante de engenharia mecânica da UNICAMP e esteve presente no encontro na comissão organizadora e no financeiro, Antonio José de Almeida Meirelles, reitor da Unicamp, Thiago Tobias que é advogado e o responsável pela regulamentação no Ministério da Educação (MEC) da política de cotas e que foi muito aplaudido e ovacionado quando teve sua presença anunciada. Sonia Guajajara mulher indígena do povo Guajajara do estado do Maranhão, ativista e na época, pré-candidata a deputada federal pelo estado de São Paulo, Chirley Pankará mulher indígena do povo Panakará do estado do Pernambuco, doutoranda em antropologia social pela Universidade de São Paulo, na ocasião também era pré-candidata a deputada estadual pelo estado de São Paulo.

Davi Guarani indígena do povo Guarani Mbyá do estado de São Paulo e liderança na terra indígena Jaraguá, Álvaro Tukano, indígena do povo Tukano do estado do Amazonas e uma grande liderança indígena sempre presente em momentos históricos da luta pelos direitos indígenas no país e que não deixa de estar presente em

momentos políticos importantes como esse; Fernando Antônio Santos Coelho pró-reitor de extensão e cultura da Unicamp e Ivan Felizardo Contrera Toro pró-reitor de graduação da Unicamp.

Cada um e uma dos que compuseram a mesa de abertura fizeram falas ressaltando a importância do ENEI e da entrada, assim como a permanência, dos e das estudantes indígenas no ensino superior. Todas as falas eram repletas de entusiasmo e clareza sobre a situação dos povos indígenas, tanto num contexto geral de vida e existência, mas também em relação a evasão, o preconceito sofrido em sala de aula por colegas e docentes, da falta de legitimidade de seus conhecimentos ancestrais por parte dos não indígenas entre outras pautas que, apesar de ser dolorosas, não eram minimizadas no debate. Por mais que o cenário nunca tenha sido favorável, haja visto todo processo colonizador que se arrasta desde a primeira invasão desse pedaço de mundo que se convencionou a chamar de Brasil, falas como as que ouvimos, num espaço majoritariamente colorido por pessoas indígenas em aliança com os brancos, emocionavam e entusiasmavam quem estava **ouvindo**.

Para além dessas apresentações que já haviam emocionado quem estava ali presente, tivemos a honra de ouvir as cantoras Djuena Tikuna e Tainara Kambeba cantarem o hino nacional em suas respectivas línguas. Todos nós ficamos em silêncio e quase que imóveis ao ouvi-las. Não sei bem como eram as reações ao meu redor porque, em todos os anos em que fui obrigada a ouvir e a cantar o hino nacional, essa foi a primeira vez que senti um misto de orgulho e emoção ao ouvi-lo. Por mais que nenhuma palavra tenha sido mudada e que toda a narrativa aconteça enaltecendo os guerreiros, bravos do novo mundo e nenhuma menção aos povos indígenas seja feita, aquele hino parecia ser outro. Outro hino que não aquele usado por bolsonaristas em seus atos antidemocráticos, que distanciou uma parte do povo brasileiro de sua ideia de pertencimento a esse pedaço de mundo cuja mãe é indígena, como bem nos lembra Myrian Krexu<sup>14</sup>.

Por alguns minutos, enquanto Djuena e Tainara cantavam, foi possível pensar em um outro jeito de ser Brasil que não esse que violenta os povos originários e tenta apagar suas histórias, invalidando narrativas e deslegitimando as múltiplas existências. Por alguns minutos pensei em um país que talvez nem se chamasse Brasil e falasse a

---

<sup>14</sup> Myrian Krexu pertence ao povo Guarani-Mbyá, é médica e a primeira indígena cirurgiã cardiovascular do país. O texto “A mãe do Brasil é indígena”, foi escrito por Myrian, mas ganhou um maior alcance na voz da intérprete Maria Bethânia e que pode ser ouvido aqui <https://www.youtube.com/watch?v=up3M5zAbjWc&t=11s>

língua do colonizador. De olhos fechados, por alguns instantes deixei aquela música que me era familiar pela melodia e não língua das palavras entoadas, me fizesse sonhar com outras possibilidades. As apresentações terminaram, a primeira parte do dia foi encerrada e longas filas foram feitas para tirar fotos e cumprimentar as convidadas e os convidados, mas principalmente Sonia Guajajara.

Naquela tarde a programação era de apresentações dos trabalhos selecionados para apresentação, que aconteceu em formato de pôster. Os trabalhos foram divididos em oito eixos temáticos, sendo eles: Educação, interculturalidade e autodeterminação indígena; Mídias digitais/ Comunicação e resistência indígena; Artes, literatura indígena e insubmissão; A colonização, evangelização, e a insubmissão como resistência indígena; Organizações políticas de indígenas, mulheres/diversidade, resistência e protagonismo; Saúde: avanços e retrocessos no acesso à saúde indígena; Terra nossa casa, nossa mãe: retomada e soberania alimentar nos territórios originários; Diásporas indígenas mobilização e deslocamentos pelo Brasil e pelo mundo.

Por termos uma criança de colo conosco, nos organizamos para que a mãe conseguisse comer, tomar banho, dar banho e participar das atividades. Uma parte acompanhava no café da manhã, outra parte ia para o banho e o colo era coletivo, no almoço e no jantar tudo se repetia. Então, na manhã do segundo dia do encontro, depois de todo ritual matutino de acordar, comer, tomar banho e contribuir no cuidado da pequena que nos acompanhava, fomos para o Teatro de Arena para ouvir as falas do Jânio Kaiowá (Mato Grosso do Sul), Samara Pataxó (Bahia) e o Cacique Ramom Tupinambá de Olivença (Bahia) numa mesa redonda sobre o marco temporal. Samara Pataxó, que é a primeira indígena advogada a ser assistente no Superior Tribunal Eleitoral, apresentou um panorama da questão do Marco Temporal, assim como dos projetos de lei que ainda estão em tramitação e da diferença entre o Marco Temporal e o Projeto de Lei 490 (Relatório do IX ENEI). Falou sobre a situação das terras indígenas e do agravamento da questão em razão do presidente da república que desde sempre deixou claro seu preconceito e total desinteresse em demarcar qualquer terra.

A fala de Jânio deixou o teatro em silêncio ao mesmo tempo que emocionado. Cessaram as conversas e por alguns instantes só a voz de Jânio ecoava no lugar. Pertencente aos povos Guarani e Kaiowá, apresentou a realidade dos conflitos territoriais, a extrema violência com que precisam lidar cotidianamente para continuar existindo. O silêncio era como uma forma de entendimento, mas também de solidariedade pois a realidade que permeia o cotidiano de Jânio e seu povo é o mesmo

dos demais povos indígenas do país e do mundo. O presidente da república dos últimos quatro anos (2019-2022), teve como plano de governo uma política de morte aos povos indígenas, o que em alguns estados se tornou mais grave visto que alguns povos estão em processo de retomada de terra ou habitam terras em que há um interesse maior por parte do capital, como é o caso dos Yanomami.

Após o almoço no RU voltamos para o ginásio e dentro da minha barraca ouvi um “Alguém aí tem uma meia pra emprestar? Eu vou apresentar e queria estar arrumado!” e eu que alguns pares na mala, ofereci um par que ele que, prontamente aceitou e disse que me devolveria mais tarde. Emprestada as meias, nos dividimos nas atividades disponíveis para o dia e que aconteciam no Teatro de Arena, na Praça da Paz e nas salas do ciclo básico. Segui para uma das salas do ciclo básico, que por sinal estavam todas lotadas que quase não dava pra entrar, para um mini simpósio com a temática “Educação escolar indígena diferenciada: derrubando os muros da colonialidade”, mediado pelo indígena do povo Pankararu do estado do Pernambuco e estudante de letras-inglês da Universidade de São Carlos (UFSCar), Gegê Pankararu, tendo como participantes Germano Lima, indígena da etnia Guarani e Kaiowá, geógrafo e Ñhanderu; Darlene Taukane a primeira mulher indígena do país a se tornar mestre em educação; Eliel Benites indígena da etnia Guarani e Kaiowá, mestre em educação e doutor em geografia e Zair Henrique Santos, caboclo nascido na Comunidade de São Pedro, próximo ao Rio Arapiuns e professor da UFOPA. A composição da mesa não contava com Zair, que veio a ser chamado após sua fala sobre a ausência de docentes indígenas nas universidades que se somou às demais sobre as ausências de representatividade e de materiais adequados para trabalhar em sala de aula.

A primeira fala que consegui acompanhar foi feita por Germano que relatou a solidão durante os anos de graduação, assim como do preconceito por ser indígena e que por essa exclusão, realizou todos os trabalhos sozinho e que para ter forças, ele rezava, tanto que é conhecido como Ñhanderu Geógrafo. E a partir dessa fala, Darlene, Gege e Eliel Benites teceram longas considerações a respeito da necessidade de uma educação escolar diferenciada, com material didático adequado as realidades dos povos indígenas. Darlene levou e todos nós pudemos folhear, o primeiro livro didático pensado e realizado por educadores indígenas para a alfabetização das crianças na aldeia e traçou um histórico do processo da educação escolar indígena, apontando o quão colonial havia sido o processo até que os antropólogos da FUNAI compreendessem que os povos indígenas possuem seus métodos próprios de ensino.

Assim, houve a criação da educação bilíngue e do cargo monitor bilíngue, com objetivo de facilitar a educação das crianças indígenas ao trazer a própria realidade que viviam integrada ao ensino. Com o avanço da educação diferenciada, Darlene contou que o processo foi rodeado de preconceitos e falta de diálogo por parte de pessoas de cargos superiores. A luta pela educação escolar indígena permitiu que professores indígenas tivessem maior visibilidade e reconhecimento atualmente. Porém: “nem tudo que é escrito é colocado na prática”. A continuação pela reivindicação da garantia do direito à educação diferenciada, garantidos por lei, ainda é uma luta constante apesar dos avanços. Para o presente e futuro, novos projetos surgem, como a criação de faculdades interculturais e o desenvolvimento de materiais didáticos também diferenciados. (Relatório do IX ENEI, p.55, 2022)

À noite, depois de já ter me devolvido o par de meias, o mesmo rapaz volta e pergunta “e aí, tu pode me emprestar a meia de novo?” eu ri e disse que sim e que ele podia ficar com elas porque achava que elas tinham combinado mais com ele do que comigo. Fêtxawewe era aluno da graduação em antropologia na UnB e muito próximo o grupo da UFG. Conversamos sobre nossas perspectivas em relação a antropologia, sobre o contexto da luta no âmbito nacional, então nos abraçamos e combinamos de nos ver de novo, logo mais, no mesmo lugar da noite anterior: ao redor de uma árvore no gramado lateral na teatro de arena, onde acontecia uma programação paralela que propiciava momentos de aproximações e descanso do dia cheio de discussões.

O terceiro dia do ENEI se organizou em torno da presença do Alok, que é um *dj e produtor musical* goiano, mundialmente conhecido e tem se mostrado como um aliado nas lutas dos povos indígenas. Pairava a dúvida de que se ele faria um show ou se seria apenas uma conversa, mas independente do que fosse, a presença dele causou um grande reboliço, até porque havia uma outra estrutura montada, com seguranças, a exigência da pulseira de identificação que todos e todas que participavam do encontro, utilizavam. Me perdi um pouco na programação e acabei ficando no teatro onde pude ouvir a Geni Núñez que é indígena da etnia Guarani, doutora em psicologia social e quem acompanho há um certo tempo através das redes sociais. Ouvi Raoni Pataxó, que tinha o corpo pintado com a argila amarela e urucum a seguinte frase: Não ao Marco Temporal. Suas palavras eram recebidas com muita seriedade por quem estava naquele espaço.

Nos meus poucos anos enquanto pesquisadora e ativista da causa indígena, venho aprendendo que nenhum assunto é isolado, nenhuma luta é individual e por isso, todos os processos de luta, aprendizados e organização precisam ser compartilhados ao mesmo tempo em que pautas aparentemente distintas, encontram-se inseparavelmente entrelaçadas entre si. Por mais que o encontro, desde a sua primeira edição, fosse de

estudantes e que tudo tenha começado a partir da preocupação com a situação dos demais estudantes que acabavam por evadir o ensino superior, as pautas de saúde, demarcação de terra, conflitos, questões ambientais estiveram presentes a todo momento, principalmente nessa nona edição

Entendemos que o processo de educação básica é primordial para a edificações de conhecimento do ponto de vista social, ainda sim, entendemos que esse processo ainda é muito recente para nós enquanto povos originários do Brasil. O acesso a educação perpassa caminhos desafiadores para além da sala de aula, é preciso traduzir o que é o número omisso sobre evasão dos estudantes do ensino fundamental e médio, apresentado majoritariamente pelo racismo e a falta de estrutura que estão diretamente ligados a falta de capacitação dos profissionais de lidar com a diversidade de povos na educação. Não longe disso, o acesso à universidade e a permanência são desafios que nesses últimos anos se tornou cada vez mais prioritária para a agenda do movimento indígena estudantil, os cortes no orçamento das universidades, representa muito bem essa situação. No ano em que se completa dez anos da Lei de Cotas, assim como das políticas de ações afirmativas, nos reunimos e nos unimos para fortalecer o nosso acesso e a permanência nas universidades públicas de todo o Brasil. Neste sentido é importante que as políticas de Ações Afirmativas sejam de fato algo concreto e eficaz, que atendam as nossas especificidades e diversidade enquanto povos indígenas.

Nós, povos indígenas já nos encontrávamos nesse território hoje conhecido como Brasil quando Pedro Álvares Cabral invadiu nossas terras, causando genocídio e extermínio de diversos povos originários, diante disso, o mínimo que o Estado brasileiro pode fazer para reparar as violências históricas causadas e que ainda são vivenciadas por nós, é garantir de forma equânime o acesso de qualidade a educação, saúde e a demarcação das terras indígenas. (Relatório IX ENEI, 2022, p.157)

Todas as noites, desde o primeiro ENEI, existe uma programação para a noite cultural, seja um show previamente agendado, série de apresentações improvisadas ou um desfile ancestral, não importa o que seja, todo mundo se diverte, descansa e celebra. Nessa edição, havia a grande expectativa de um show com o Dj Alok, que como dito anteriormente, tem sido um grande apoiador e financiador de momentos com o ENEI (através do Instituto Alok ele tem contribuído com causas diversas pelo mundo todo), mas como ele estava em turnê pela Europa, sua participação foi apenas num bate papo durante uma das tardes para a gravação de uma parte do documentário que tinha como nome provisório “futuro ancestral” ou coisa do tipo.

Independente da presença ou não do *dj*, todos que estavam ali e quiseram, tiveram momentos de descontração e diversão. A primeira noite o *dj* Erick Terena e cantora indígena Djuena Tikuna, foram os responsáveis pelo entretenimento e ao fim do show, que colocou todo mundo, inclusive Álvaro Tukano que estava bem de frente para o palco e do som, com seu imponente cocar branco e cinza, calça jeans, chinelo e a camiseta do evento. Ele não dançava, ou talvez dançasse de um outro jeito que eu não

tenha percebido, mas a música ele ouvia com uma concentração singular. Ao terminar o show, no tempo previsto para terminar, fomos surpreendidos com uma movimentação e um anúncio:

“Atenção, seguranças da Joelma, venham para frente do palco!!!

Gente, ela tá se preparando no camarim aqui no lado do palco!”

Minutos depois dos anúncios e de preparação do *playback*, sobe ao palco – sob um pseudônimo que só tomei conhecimento depois, de Joelma Indígena ou Joelma do ATL – um rapaz Guarani-Mbyá, vestido com a camiseta rosa choque do Encontro, uma botinha preta com a barra calça jeans por dentro do cano bota e uma espécie de saiote feito de sementes e canutilhos de bambu, que faziam barulho quando ele se movimentava. Um jogo de luzes iluminou o palco que havia sido montado no teatro e proporcionou uma atmosfera de show que só aumentava o furor do momento.

Não tenho ideia de quantas pessoas estavam naquele lugar, mas sei que todas foram ao delírio ao som do brega paraense que embalou e ainda embala, muitas das celebrações e cotidianos Brasil afora, relembramos as coreografias que fizeram parte das nossas *performances* de anos atrás e que de alguma forma, permanecem vivas na memória, porque basta a guitarra do Pará tocar seus primeiros acordes que a gente ativa o modo Joelma e se joga. O show não durou mais do que uma hora, mas foi tempo suficiente de suar e cantar com aquela Joelma que além de tudo, ainda atendeu pedidos e cantou “Cavalo Manco”. Cantamos e dançamos como se a própria Banda Calypso estivesse naquele palco, até quem não se lembrava mais o quanto o brega é bom, se recordou e dançou

A música não cessou em nenhum momento durante todo os dias. Do amanhecer ao outro amanhecer, sempre tinha alguém ou algumas caixas de som tocando alguma música, que se revezavam com os cantos. Desde a primeira noite nosso grupo agitou o evento. Não tinha hora pra tocar “Tem Cabaré Essa Noite”. Não tinha hora pra tirar alguém pra dançar. Não tinha hora pra dormir (que aliás, foi o que menos aconteceu). Oficialmente, a noite cultural acabava por volta das 22h, mas duas caixas de som com baterias que duravam mais 4 horas cada uma, tocando no volume máximo, eram levadas todas as noites pelo Ytaynuwy Guajajara, estudante de nutrição da UFG. Nos reuníamos debaixo de uma árvore, colocávamos a caixa num galho seguro e todo mundo podia escolher uma ou várias músicas, pra tocar, bastava só um celular com *bluetooth* e acesso à internet.

A partir de então tocava de tudo, começando pelo “Tem Cabaré Essa Noite” (essa eu não tenho noção de quantas vezes era tocada durante o dia e à noite). Funk, sertanejo, brega, forró piseiro <sup>15</sup> tocavam até o dia clarear. Em boa parte das noites consegui acompanhar até o amanhecer e no fim, já tinha feito mais amizades do que poderia ter imaginado ao sair de Goiânia. O único momento em que a música não tocou, apesar de todos os celulares e caixas de som estarem carregados foi ao embarcarmos para ir embora. Num misto de “não quero que acabe” e “vamos ficar porque vai ter show do Brô’s Mc’s<sup>16</sup>”, juntamente com o cansaço da intensidade dos dias e a barriga cheia de pão com mortadela, entramos no ônibus e dormimos até chegar em Goiânia. No grupo de *whatsapp* intitulado “Inimigos do fim”, <sup>17</sup>feito no último dia, em meio a desmontagem do acampamento, com quem tinha ido e com quem não teve como ir, recebíamos fotos do show e os áudios dizendo que estávamos fazendo falta.

Retornar para a Goiânia e para a UFG quando as aulas voltaram, foi totalmente diferente de todos os outros retornos. O duplo encontro que eu vivenciara durante aqueles dias, me abriu caminhos, estreitou relações e provocou afetos não só com o grupo que saiu de Goiânia, mas com todos e todas com quem estive durante todos os dias, com os que se aproximaram pra dançar um forró ou perguntar de onde eu vinha. Me permitiu perceber que o canto é uma forma de ação política que os povos indígenas mobilizam de maneira muito preciosa e que diferentemente dos movimentos sociais aos quais eu estava habituada, naquele espaço havia um lugar muito importante para a celebração. Percebi também muitas coisas sobre a antropologia que considero fazer sentido em ser praticada, essa antropologia militante onde povos indígenas são agentes políticos totalmente plenos (SZTUTMAN, 2012) de sua autonomia e criatividade

---

<sup>15</sup> “O piseiro nasceu da pisadinha, que é uma vertente do forró criada no interior da Bahia, na cidade de Monte Santo, no início dos anos 2000. Ela é caracterizada pela simplicidade da união do teclado eletrônico com a voz, criando um tipo de forró mais eletrônico e que é tocado nos grandes paredões. Suas principais origens estilísticas são o xote, o forró eletrônico, a lambada e o tecnomelody. (DEEZER)

<sup>16</sup> Grupo de rap formado por “duas duplas de irmãos guarani kaiowá – Bruno Veron e Clemerson Batista, Kelvin Peixoto e Charlie Peixoto – formam o grupo Brô Mc’s, juntamente com a backing vocal Daniela Muniz e o DJ e produtor do grupo Higor Lobo. Esses dois últimos não são indígenas.” (GUILHERME, p.42, 2021)

<sup>17</sup> Desse grupo surgiu uma *playlist* com as músicas mais pedidas durante o ENEI e pode ser acessada



aqui:

Figura 8 - parte do grupo de discentes da UFG no último dia do ENEI – 2022



Fonte – arquivo pessoal

## CAPÍTULO 2 QUANDO OS MOVIMENTOS SE ENCONTRAM – ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2023

A combinação entre pesquisa etnográfica e ativismo se tornou a situação básica do trabalho de campo para muitos antropólogos em países nos quais povos indígenas emergiram como atores políticos importantes[...] (ALBERT, 2014, p.133)

"[...] este trabalho envolve toda a nossa personalidade - cabeça e coração [...] o que se traz de um estudo de campo depende muito do que se leva para ele." (EVANS-PRITCHARD, E..1937, p.300)

Figura 9- Menires em marcha durante o ATL - 2023



Fonte – arquivo pessoal

O segundo capítulo teve como campo o 19º Acampamento Terra Livre, em Brasília ocorrido dos dias 24 a 28 de abril de 2023. E teve como objetivo acompanhar os modos de criar e fazer política, resistências e estratégias no espaço político de luta considerado pelo movimento indígena, como a maior mobilização indígena do país. Por ser a maior assembleia indígena do país, muitos dos estudantes que conheci no ENEI estavam presentes no Acampamento. Rever outras pessoas e perceber a importância da atuação delas no movimento indígena, como foi o caso do *dj* Alok, que não só estava presente, como participou da sessão na câmara dos deputados federais e fez um show na

primeira noite cultural do ATL, em momentos como esse torna-se possível perceber como as alianças<sup>18</sup> são consolidadas. Com esse campo, pude aprender e observar melhor como as ações são planejadas e estruturadas para acontecer ao longo do tempo, bem como a responsabilidade do compromisso com a coletividade.

Ao começar o primeiro capítulo, senti falta de possuir arquivos de imagem e som para mesclar outras formas possíveis de narrativa com as palavras, mas também para que elas também pudessem contar o que minhas palavras não conseguem narrar. Organizar o primeiro campo foi um tanto confuso, pois ainda contava com os efeitos de uma covid recente que afetou grande parte do meu raciocínio bem como minha memória. Demorei um certo tempo para me contentar com o “pouco” que tinha do ENEI – achava que mesmo com todas as narrativas faltavam os registros de imagem a partir da minha perspectiva então, para o ATL, busquei maneiras de me organizar melhor com os registros, porque eles são importantes para mim, mas por compreender que a

[...]fotografia pode ser um estímulo para que o pesquisador se aproxime do universo que deseja conhecer. O ato de fotografar implica empatia e certamente intersubjetividade. É muito difícil fotografar em ambientes a que não pertencemos sem que se estabeleça uma relação de confiança, intimidade e empatia. (NOVAES, 2020, p.5)

Os registros feitos durante o ATL foram muito importantes para a escrita desse capítulo, pois além de ter voltado do campo com covid, os sintomas se manifestaram de maneira mais intensa do que da primeira vez e muita coisa ficou nebulosa a partir de então. Enquanto vivenciava meu isolamento social e familiar, me refugiei nas fotografias pensando, assim como Barthes (1977), no que aquelas fotografias transmitiam, no que elas contariam para quem as visse, mas também em como certas palavras/frases/categorias faziam um sentido diferente a partir do que eu via novamente através das fotografias. Ancestralidade, tempo, futuro, luta, resistência, vida. Ao olhar as fotos a imensidão de cores, grafismos e corporalidade impressa nas imagens, me deixei ser afetada pela potência política que reside nessa grandiosa assembleia, aos

---

<sup>18</sup> Ao pensar sobre as alianças, compartilho das palavras de Krenak “Então, aliança na verdade é um outro termo para troca. Eu andei um pouco nessa experimentação até que consegui avançar para uma ideia de alianças afetivas – em que a troca não supõe só interesses imediatos. Supõe continuar com a possibilidade de trânsito no meio das outras comunidades culturais ou políticas, nas quais você pode oferecer algo seu que tenha valor de troca. E esse valor de troca supõe continuidade de relações. É a construção de uma ideia de que seu vizinho é para sempre.” (Krenak A. As alianças afetivas [entrevista a Cesarino PN]. In: Ministério da Cultura, Bienal e Itaú. 32ª Bienal de São Paulo - Incerteza viva: dias de estudo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo; 2016. p. 169-84.)

movimentos necessários pra que ela aconteça e em como esses movimentos não cessam em momento algum.

A foto que abre o capítulo foi meu primeiro registro das mulheres Kayapó ou como elas se autodenominam, *menire*<sup>19</sup>, durante o ATL e essa especificamente, foi feita durante a primeira marcha realizada ainda no primeiro dia do Acampamento. Visualmente falando, o povo Kayapó se destacava em relação aos demais para mim e atribuo esse destaque a sensibilização do olhar (Novaes, 2020) para suas cores, pela organização e ritmo, pelo agudo da voz das *menire*, pelos grafismos e adornos que cobriam os corpos dos homens e das mulheres. Em muitos momentos a marcha parava para se organizar ou esperar um grupo que estivesse muito distante, foi em um desses momentos que consegui realizar o registro. Apesar das cores terem prendido minha atenção, ao colocar a foto em branco, consegui observar mais detalhadamente as expressões faciais, a linearidade dos grafismos e da *performance* política dos corpos na marcha.

[...] observação atenta, um olhar sensível e, de certo modo desnaturalizado. Tal como em toda boa pesquisa, para fotografar é preciso estranhar – ou desnaturalizar o olhar – e ao mesmo tempo se aproximar. Distância e proximidade são, como dissemos, ingredientes fundamentais da boa etnografia e igualmente da fotografia. Fotografar implica igualmente um tipo de conhecimento que não passa pela palavra, mas muito mais pela sensibilidade do olhar, pela intuição, pela capacidade de estar no lugar certo na hora certa, pela sensibilidade de colocar o corpo (e a câmera a ele acoplada) na correta distância. Fotografar implica a boa relação que se consegue estabelecer com as pessoas que fotografamos. É igualmente importante no ato de fotografar decidir o que estará em foco e o que estará desfocado, ou se tudo que a foto mostra estará em foco. (NOVAES, 2020, p.5)

As marchas finalizavam no gramado da esplanada dos ministérios, momento em que nos refrescamos com águas e picolés, onde cada povo faz suas apresentações e registros, mas é também o momento de descontração. Caminhando pelo gramado procurando meus amigos e tentando encontrar com o pessoal que havia conhecido do ENEI, me deparei com as *menire*. Elas conversavam e riam enquanto descansavam para voltar, completamente descontraídas, completamente diferente do momento da marcha onde o olhar e atenção delas estava completamente focado.

---

<sup>19</sup> Menire é o modo como as mulheres Kayapó se referem a elas mesmas como forma de diferenciá-las em relação a outras mulheres. Leia mais em <https://artsandculture.google.com/story/RgVBiftSG8YLrQ?hl=pt-BR>

Figura 10 - *Menire* no gramado da esplanada após a marcha - 2023

Fonte – arquivo pessoal

Assim como minha primeira entrada em campo em 2022 surgiu a partir de um convite, a segunda entrada em 2023, de vários convites ainda no ENEI com a diferença que, dessa vez mesmo sem nunca ter ido a um Acampamento Terra Livre (ATL) ele não era um terreno desconhecido como havia sido anteriormente. A preparação aconteceu apesar de sempre dizer para quem acaba de chegar na antropologia seja pela via acadêmica ou por interesse pessoal, que estar em campo nunca tem nada a ver com o que se espera pois, por mais que haja uma preparação prévia, com leituras e roteiros organizados, cadernos de campo preparado, orientações e expectativas, tudo muda <sup>20</sup>.

Haviam muitas intenções com essa nova entrada em campo. Parte do que havia planejado era a realização de entrevistas com os estudantes que conheci no ENEI e o acompanhamento das discussões do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI). Era também uma maneira de seguir acompanhando o grupo com quem fui para o ENEI e com quem estreitei relações desde o Encontro. Contrariando todas as

---

<sup>20</sup> Quando me refiro a mudança não é por não saber o que fazer, mas por compreender que estar em campo com pessoas, principalmente em uma assembleia da magnitude do ATL, significa ser sensível a quebra de expectativas e até mesmo da abordagem da pesquisa. Dessa maneira, entendo que é mais importante ouvir o que o campo tem a dizer do que impor a meus companheiros, o que eu quero ouvir.

minhas expectativas o ATL reorganizou as intenções do campo e os caminhos seguidos talvez sejam os nunca antes sonhados, porque os acontecimentos seguem seus fluxos de movimentos, rompendo com qualquer expectativa, organização prévia, ou como melhor disse Strathern (2017) "Os eventos não se desenrolam regularmente, e pequenas mudanças podem produzir grandes resultados de modo imprevisível." (p.315). Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos aprendi que sonhar também é importante. O sonho impulsiona a existência, ajuda a compreender os caminhos, organiza os acontecimentos e nesse caso, foi a força motriz para a pesquisa, pois cada capítulo foi sonhado, mais ou menos como nos diz Ailton Krenak em *A vida não é útil* (2021), "Se eu não sonhar com a viagem ou com o convite para sair de onde estou, significa que eu não vou. Nunca sei o que vou fazer antecipadamente." (p.38)

As epígrafes que abrem o capítulo servem para organizar o compromisso de responsabilidade e comprometimento necessário que a realização de pesquisas antropológicas como essa e outras, exigem de quem as elabora. Considerei fazer esse adendo justamente nesse momento da escrita para dizer que, diante da trajetória de ativista em movimentos sociais, parte do que vivenciei em campo me era familiar porque a dinâmica de organizações que partem de uma certa horizontalidade me são familiares. Mirna Anaquiri e eu nos conhecemos durante as ocupações das universidades federais em 2016, ocupamos juntas um espaço de luta muito importante e desde então, juntas continuamos compartilhando outras lutas. É desse lugar político que antecede a pesquisa e minha formação como antropóloga, que esses encontros começam a acontecer, mas agora, carece do estabelecimento de compromissos mais sólidos do que os feitos outrora.

E esse compromisso é reforçado a cada encontro, em cada conversa quando nos apresentamos, contamos o que fazemos da vida e em todas as vezes que a palavra antropóloga surge. Emanuelle Coccia (2023), reforça esse compromisso ao lembrar que

[...] o abandono da postura etnográfica tradicional, tal como foi canonizada por Malinowski no prefácio de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, não depende, portanto, da modernização e do desaparecimento dos "povos indígenas", mas do fato de que eles "se tornam cada vez mais sujeitos da sua própria história e leitores dos próprios etnógrafos". [...] Mas não se trata simplesmente de reconhecer o valor político do trabalho do antropólogo ou seu empenho no diálogo com o outro. O fato é que não há política fora da etnografia: se a cultura se encarna no discurso na primeira pessoa, encontrar o outro e com ele entrar em acordo é sempre um ato etnográfico." (p. 14 e 15)

Munida desse compromisso, das alianças-político-afetivas e da não separação entre a pesquisadora e a ativista, mas com a compreensão os limites necessários para

pesquisa e para minha própria atuação, que o ATL entra em cena como base para o segundo capítulo. A maior mobilização indígena do país (APIB) e por isso, um importante momento de articulação e definição da agenda de ações e estratégias políticas para o ano todo, bem como de ações que serão concretizadas ao longo do tempo – esse tempo pode ser breve como um semestre, um ano ou um plano para ser executado ao longo de décadas

O Acampamento Terra Livre (ATL), a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, acontece desde 2004, por regra todo mês abril e em Brasília – DF, e excepcionalmente em outro mês e outra unidade da Federação, a depender da análise conjuntura nacional e da situação dos direitos indígenas e das deliberações dos dirigentes e das organizações de base do movimento indígena. (site da APIB)

Dezenove anos de luta não cabem em palavras e tive mais certeza disso ao acompanhar ATL de 2023. O Acampamento surge no momento em que o Estado deixa de executar suas tarefas clássicas, que segundo Denise Ferreira (2022), são as de “[...] proteção, preservação e representação – falham diante daquelas pessoas e populações cuja expropriação produz as condições de existência do sujeito político ao qual estes princípios contemplam” (p.10). Desde o ENEI tenho ouvido muito sobre edições passadas do ATL. Algumas pessoas narram aquelas que foram mais emblemáticas seja pelo andamento das ações ou pela violência policial outras contam da sua primeira experiência e há uma narrativa oficial, por assim dizer, que está organizada através do histórico presente no site da APIB. A partir dessas narrativas que chegaram até mim e das que eu fui atrás, pude perceber mais intensamente, como as ações do Estado afetam de modos diferentes, corpos e existência e aqui, o recorte se faz em relação ao modo como o Estado brasileiro, regido por um governo de esquerda, aclamado e saudado por uma parte da população, conseguiu ignorar e até mesmo negligenciar demandas de vida por parte das sociedades indígenas.

A cada ano, o Acampamento tem um tema que organiza as discussões e ações, o tema escolhido para esse ano foi “*O futuro indígena é hoje. Sem demarcação não há democracia.*” e que ao final da mobilização, tendo como base o balanço feito pela APIB, mas também a partir das falas durante as plenárias, o 18º ATL (2022) obteve conquistas<sup>21</sup> muito significativas para o movimento indígena, que foram homologadas e

---

<sup>21</sup> 1 - A homologação de seis terras indígenas: TI Arara do Rio Amônia (AC), TI Tremembé da Barra do Mundaú (CE); TI Rio dos Índios (RS); TI Avá-Canoeiro (GO); TI Kariri-Xocó (AL) e TI Uneiuxi (AM);  
2 - Recriação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI);  
3 - Instituição do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI);

celebradas durante a décima nona edição (2023). Para além da celebração pelas conquistas no âmbito da política institucional com as vitórias eleitorais das parentíssimas<sup>22</sup> Sonia Guajajara e Célia Xacriabá, foi possível retomar as articulações com o governo que não aconteciam desde 2016.

Figura 11- Divulgação do 19º Acampamento Terra Livre – 2023



Fonte - Site da APIB.

Apesar de uma mudança favorável no cenário político do país, dos novos compromissos firmados desde a campanha presidencial do então eleito presidente Lula, e da concretização<sup>23</sup> de parte desses compromissos ainda há muito a ser feito. O mote para o ATL de 2023 chama atenção para a urgência do futuro no presente, para a construção do futuro nas ações cotidianas do presente. Me faz pensar que quando a emergência da demarcação de terras é colocada em pauta repetidas vezes, em todos os lugares, quando lideranças de diversos povos atravessam rios, mares e montanhas até o

4 - Aquisição de insumos e ferramentas e equipamentos para casas de farinha voltadas para a recuperação da capacidade produtiva das comunidades indígenas Yanomami no valor R\$ 12,3 milhões de reais;

5 - Pacote de medidas de fortalecimento institucional da FUNAI;

6 - Criação do Comitê Interministerial Permanente para desintrusão de terras indígenas e do GT de enfrentamento ao tráfico em terras indígenas: (Não assinados no ato).

<sup>22</sup> Criada pela deputada federal Célia Xacriabá, para se referir aos excelentíssimos parentes, ou seja, aos indígenas que ocupam um lugar na política institucional, como é por exemplo, o caso da Ministra Sonia Guajajara, a presidenta da FUNAI, Joenia Wapichana, o secretário de saúde indígena Weibe Tapeba e a secretária da Secretaria Estadual dos Povos Originários e Tradicionais, Narubia Werreria.

<sup>23</sup> A criação do Ministério dos Povos Originários era uma promessa de campanha assim como a homologação da demarcação das terras indígenas.

outro lado do mundo para sensibilizar outros atores sociais, por compreenderam que o futuro não se constrói apenas com a assinatura de um documento, ele é construído na coletividade e cotidianamente.

## 2.1 ORGANIZAR PARA SE ENCONTRAR – OS PREPARATIVOS PARA O ATL

Meses antes do ATL acontecer, Bruno Anaquiri e eu começamos alguns preparativos para a mobilização discente com a finalidade de solicitar para a UFG, um ônibus que pudesse nos levar até Brasília, onde aconteceria o ATL. Preparamos listas de coisas que são importantes, mas que acabam ficando esquecidas – lona e bambu para a tenda que abrigaria nossas barracas, extensões, barbante, tesoura entre outros itens que listamos ao voltarmos de um dos nossos almoços no RU da UFG. Pensamos nas possíveis necessidades que teríamos ao longo dos dias com a intenção de organizar o que precisaríamos com bastante antecedência.

Mas durante esse processo pude compreender que o tempo que as coisas levam, assim como o tempo que as pessoas precisam para se organizar varia imensamente. E em todas as vezes que me inquietei com a falta de adesão à lista para o possível ônibus, Bruno me lembrava que “no fim das contas, tudo dá certo” e que “todo mundo é adulto, se não tiver ônibus, a gente dá um jeito”. Foi a partir de então que percebi que a organização de fato acontece às vésperas da viagem, mais precisamente na noite que antecede a saída. Antes dela existe a empolgação, a apreensão se haverá transporte gratuito ou não e se não, como caronas e arrecadações de verba aconteceram, caso seja preciso; confirmações e desistências de ida acontecem a todo momento e até o momento de embarcar, a lista de nomes muda.

Às vésperas da viagem, o grupo de *whatsapp*<sup>24</sup> que antes recebia mensagens esporádicas, fervilha de mensagens com fotos das barracas, malas, sacolas, junto com as listas de coisas para não ficarem esquecidas, pedidos de última hora e muita ansiedade para a viagem e principalmente, para chegar ao destino. Quem chegou primeiro foi contando como estava tudo, se estava muito frio, quais as expectativas para os dias que estavam por vir, sobre o que levar, quem já estava lá. Vídeos e fotografias dos que

---

<sup>24</sup> O grupo de *whatsapp* a que me refiro é o que foi criado para organizar a viagem para o ENEI, em 2022, e que se mantém para além da finalidade de comunicação tendo como papel, mais uma forma de integração e socialização não só de alunos e alunas indígenas, mas também com quilombolas e pessoas brancas que compartilham das lutas e pautas. O grupo que agora tem o foco no ENEI de 2023, mas se articula ao menor sinal de qualquer necessidade individual ou coletiva.

foram com seus familiares chegavam a todo momento, aguçando a expectativa de quem ainda nem estava na estrada e causando lamento em quem não poderia ir, mas que seguia acompanhando todas as mensagens.

O grupo de estudantes que conseguiram se organizar era diferente do que havia ido para o ENEI. Como o calendário acadêmico da UFG ainda sofria com os descompassos causados pela pandemia, uma parte das pessoas ainda estavam em seus territórios e por isso foram com suas famílias. Percebi que houve uma baixa adesão ao ônibus e, nas conversas informais pelos corredores da universidade, era recorrente a fala de que não poderiam ir por conta do início das aulas, o medo da reprovação pois nem todos os professores e professoras compreendem a necessidade de participação, assim como desconhecem a existência de uma mobilização nacional que acontece há quase vinte anos a menos de 300km da cidade de Goiânia.

Institucionalmente, há pouco a ser feito para que haja um impacto a ponto de sensibilizar o corpo docente sobre a importância da participação discente, sem a penalização das faltas, em atos políticos que excedem a participação de um dia, como é o caso do ENEI e do ATL, uma vez que ambos duram cerca de uma semana. Apesar da falta de brechas no regimento da universidade para esse tipo de negociação, existem estratégias para causar alguma forma de sensibilização e isso se manifesta na atuação da Secretaria de Inclusão (SIN) que foi criada em 2022, representada pelo diretor de ações afirmativas, Pedro Cruz, que enviou um ofício circular comunicando direções e coordenações dos cursos de graduação, sobre o ATL, programação e reforçando o papel da universidade no apoio de tais manifestações.

Mesmo com o ofício partindo da SIN ressaltando a importância política da participação discente, não há nenhuma garantia de abono de faltas ou reposição de qualquer atividade avaliativa ou de campo, que tenha ocorrido durante o período em que o discente estiver fora da universidade. Quem decide ir conta com a “sorte” e a boa vontade do corpo discente, para que as faltas não prejudiquem o andamento do semestre.

E foi diante desse contexto de muita insistência e de uma verdadeira força tarefa para garantir o transporte gratuito, para quem quisesse participar e de precisar “contar com a sorte” de ter um professor ou professora, que fosse um pouco mais flexível com a ausência em sala de aula ou de simplesmente arriscar faltar, que o novo grupo que se formou, mesclando discentes indígenas e não indígenas, de cursos de graduação e pós-graduação tanto das ciências humanas quanto das ciências biológicas.

Figura 12 - Grupo de estudantes da UFG e a professora responsável por acompanhar a viagem para Brasília - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Apesar das pessoas se conhecerem de alguma maneira essa nova formação de grupo não era tão próxima como a que foi para o ENEI. A viagem foi mais silenciosa, em relação a que fizemos para São Paulo mesmo com as muitas expectativas sobre como seriam os dias de acampamento, as memórias que surgiam de ATL's passados como seria a comida (há um histórico de comidas que estragaram por não serem armazenadas de forma adequada), o anseio pelos reencontros além de toda importância política que o ATL tem nas vidas de cada um e uma ali.

Mesmo que não houvesse um silêncio total uma vez que, ao escolhermos os lugares para sentar escolhemos e éramos escolhidos como companhias de viagem de alguém, então tínhamos coisas para conversar, mas não haviam as conhecidas caixinhas de som tocando os *hits* do momento ou “Tem Cabaré Essa Noite”, apesar das menções a música. Achei estranho no começo, principalmente depois de toda mobilização, imprevistos. da longa espera ou como constantemente era mencionado “o perrengue que foi conseguir esse ônibus” e só depois me lembrei que, parte do grupo que não estava no ônibus já estava em Brasília e que esse silêncio durante a viagem era a falta da figura central das organizações festivas, o Ytaynuwy Guajajara. Seguimos com alguns dormindo, outras lendo, conversando baixinho ou só apreciando a viagem. Chegamos

em Brasília a tempo de conseguir almoçar no acampamento<sup>25</sup>, que esse ano assim como no anterior, contou com a cozinha do Movimento dos Sem Terra (MST), garantindo refeições frescas e com ingredientes de qualidade em todas as refeições do dia. É importante ressaltar a atuação política do MST em contextos de luta como é o ATL e em como a alimentação é um pilar importante da luta, seja ela qual for.

Como chegamos no dia da abertura do ATL e no meio das atividades previstas para o período da manhã, grande parte dos povos, principalmente os que se deslocam de lugares mais distantes, já haviam chegado e podiam escolher lugares melhores ou mais estratégicos do que o nosso (coisa que só fui compreender assim que entrei na dinâmica do acampamento). Mirna Anaquiri, Evelin Tupinambá e eu descemos do ônibus para procurar o lugar das nossas “casas” e deixamos o nosso grupo descarregando as bagagens do ônibus e literalmente, corremos pelo acampamento em busca de um lugar que coubesse todas as barracas e que ficássemos bem. Qualquer espaço em terreno plano chamava nossa atenção, nos dirigíamos imediatamente para analisar se seria viável ou não. Alguns critérios de avaliação eram levados em consideração: Não ser muito perto, mas também não muito longe dos banheiros; não ser passagem para nenhum lugar de muito movimento como a tenda principal, cozinha ou banheiros; não ser um terreno muito acidentado e nem inclinado, que além de ser desconfortável, era a parte mais fria.

Depois de uma análise rápida, precisa e coletiva, parte do grupo decidiu montar as barracas junto com os Pataxó e logo que chegamos, duas crianças Pataxó se dispuseram a nos ajudar na montagem das barracas, se revezando para ajudar todos nós e a mim, principalmente, já que minha barraca era grande, ventava muito e dada minha pouca habilidade para a execução de tal atividade, o que era para ser rápido e prático se tornou uma atividade longa e um tanto quanto atrapalhada. Em meio a nossa euforia de terminar logo aquele trabalho, começamos a conhecer nossos vizinhos, puxamos papo, trocamos gargalhadas com cada embaraço que acontecia e em meio ao suor e a poeira, tudo ficou organizado.

A outra parte do nosso pequeno grupo preferiu ficar com seu povo, seus familiares, assim como os que já estavam lá não se mudaram para perto de nós apesar de que no decorrer dos dias, sempre passavam por nossas barracas para conversar, comer alguma coisa, descansar um pouco. Eram como visitas em casa, que logo partiam

---

<sup>25</sup> Quando a palavra “acampamento” surge com letra minúscula, me refiro ao espaço físico, as barracas, a parte estrutural; quando a palavra aparece com letra maiúscula, me refiro enquanto ato político.

para as suas; que levavam outras visitas e até demoravam, mas em algum momento, voltavam para casa. Foi bem diferente da experiência do ENEI em que ficamos juntos o tempo todo e que as famílias não estavam presentes.

Mais uma vez a mudança na dinâmica de organização me causou estranhamento. Aliás, tudo ali era muito diferente do que eu havia me organizado para viver. Desde a saída de Goiânia, a música que não tocou no ônibus, a falta de alguns que, ou não foram ou que já estavam lá, tudo era diferente e saía completamente do planejamento e da organização que eu havia feito. Esse primeiro impacto me mostrou que, realmente, as expectativas e a preparação para o campo, são completamente afetadas pelo movimento das pessoas, mas principalmente, pelo tipo de movimento que acontece.

Depois de observar as dinâmicas de organização e de conversar com o Bruno, que por conta do trabalho só chegou no dia seguinte, compreendi que o ATL é como uma extensão de casa, sua aldeia, dos seus costumes de cada grupo e que então, quem pode e quer, aproveita para ficar mais tempo junto dos seus, pois ao fim do acampamento, todos retornariam para Goiânia e em alguns casos, voltar para casa só se torna possível quando as férias são mais longas como costumam ser as do final do ano. Com o calendário acadêmico ainda sob os efeitos da pandemia, o dia de voltar para casa é um tanto quanto incerto então aquela semana seria uma maneira de prolongar o momento com os seus.

Seguindo com os estranhamentos do que achava que seria familiar, tendo como horizonte de comparação, o ENEI, me deparei com uma estrutura de banho e alimentação completamente diferentes. E isso se deve a diversos fatores, dentre eles o fato de que uma estrutura de acampamento no meio da cidade com toda certeza será distinta de uma estrutura de ginásio, dentro de uma universidade pública; outra questão é que um movimento organizado para atender cerca de 6 mil pessoas (ABIP) possui necessidades e especificidades muito díspares de um movimento como foi o ENEI.

Os chuveiros são abastecidos por caminhões-tanque, assim como os lavatórios em que roupas e louças eram lavadas e que também serviam para abastecer as cozinhas. O ato de tomar banho durante o ATL talvez merecesse um capítulo inteiro, pois ele era muito mais do que apenas uma atividade rotineira de higiene ou para se refrescar, pois Brasília é muito quente e seca durante o mês de abril; ele se transformava em uma atividade que requeria uma parcela de estratégia aliada uma certa sorte e isso fazia com que ele se tornasse um certo acontecimento em nossa rotina.

Figura 13 - Estrutura para os banhos durante o ATL – 2023



Fonte – arquivo pessoal

Começo pelo abastecimento de água. Caminhões pipa se revezavam para encher as seis caixas d'água que abasteciam os banheiros e os tanques, mas em decorrência do altíssimo (e celebrado) número de pessoas e dos banhos diários de cada um, haviam muitos momentos em que a água acabava. Quando ela acabava e a pessoa estava na fila aguardando sua vez, era até mais fácil lidar com a frustração de ter que esperar, retornar o laborioso caminho de volta e tentar a sorte daqui um tempo; frustrante era já ter tirado a roupa e, imersa no banho de outras pessoas, precisar esperar a água chegar para tomar o banho. Como a água era fornecida pelos caminhões, ninguém nunca sabia quando e quanta água havia disponível. Não foram raras as vezes em que algum de nós foi tomar banho e não conseguiu ou que esperou na fila e água acabou.

Caixas abastecidas a divisão para os banheiros era de homens para um lado, mulheres para o outro. Depois disso, haviam dois blocos com algumas divisórias onde tomávamos com mais duas mulheres. Não haviam portas ou mais divisórias entre as mulheres que ocupavam o mesmo espaço de banho e com isso, nenhuma privacidade durante aquele momento. Diante de toda minha “preparação” para o campo, essa situação jamais foi cogitada o que me causou um desconforto imenso no primeiro dia, mas que deixou de ser um problema no dia seguinte ao me dar conta de que o modo

como povos indígenas lidam com seus corpos é completamente diferente em vários pontos, com o modo como os brancos lidam e que o estar completamente nua na frente de outras mulheres não era um problema, mesmo que alguns corpos já não fossem mais tão jovens como outros.

Mesmo com as refeições servidas pelo MST muitos povos montam suas próprias cozinhas para complementar ou até mesmo fornecerem toda a alimentação do seu grupo, com comidas feitas em tendas improvisadas que ocupavam o mesmo espaço das barracas de dormir. Nos lugares que passei pude reparar que eram mulheres que tomavam conta de alimentar aquela parte do grupo e que com o passar dos dias, a organização estrutural era aprimorada. Próximo de onde estávamos acampados, havia uma cozinha muito bem montada que funcionava noite e dia. No primeiro dia era apenas uma pequena tenda feita de bambus e lona preta, com pouca iluminação e algumas “gambiarras” para eletricidade. No dia seguinte, entre uma atividade e outra, reparei que haviam providenciado uma espécie de corredor de louças e que também servia de mesa para apoiar as enormes panelas de comida dos Tupinambá.

O restante de nós que, ou não tínhamos cozinha ou que escolhiam comer da comida servida no acampamento, se organizava em longas filas que se formavam para as refeições. Durante os horários de pico (de manhã, por volta das 9h, no almoço por volta de 12h e a noite por volta das 19h), gastávamos cerca de 1 hora para pegar um prato de comida pois, assim como a água acabava para o banho, a comida também acabava e precisávamos esperar o término das preparações para sermos servido. Era necessária uma certa estratégia para conciliar as refeições, os banhos e as atividades que aconteciam.

Diante de tantos “malabarismos” para conseguir fazer tudo que precisava ser feito e por isso, terminávamos o dia completamente exaustos pelo sol, calor, horas e horas de atividades, filas intermináveis para comer, tomar banho. Os momentos em que mais ficávamos juntos eram nas filas para comer, mas principalmente à noite, quando o inferninho (que a criação é atribuída ao Ytaynuwy Guajajara) começava suas atividades noturnas que por vezes, aconteciam até quase o sol raiar. Foi o momento em que consegui encontrar algumas poucas pessoas do ENEI, como o Gegê Pankararu, Luiz Guajajara e Klan Baré. Até tentamos marcar uma conversa para o dia seguinte, mas a comunicação era muito difícil assim como era praticamente impossível estabelecer qualquer conversa longa já que o dia era repleto de atividades e de “malabarismos” para conseguir comer, tomar banho e se preparar para a próxima atividade. Entendi que

qualquer entrevista seria mais possível remotamente do que ali. Naquele espaço, as demandas e as urgências eram outras e havia pouco tempo para o que não fosse extremamente necessário.

Através das memórias que surgiam a partir das conversas e encontros, ficava cada vez mais nítido que o ATL se consolidou como uma atividade de muita importância e vitalidade para o movimento indígena de modo geral e que, as incontáveis e incessantes lutas, progressivamente, melhoravam a estrutura do acampamento. Sempre que comentava com alguém os desafios de tomar banho alguém me respondia que já foi muito pior, da mesma forma surgiam comentários em relação a comida e relatos dos anos em que a comida azedou em decorrência da péssima estrutura para armazenamento.

O penúltimo dia de acampamento se organizava entre o cansaço da semana intensa de atividades que fazia com que parte de nós desejasse ir embora logo, a expectativa e a vontade de estar presente durante a visita do presidente Lula na sexta-feira e novamente, a vontade de ir embora o quanto antes. O combinado com o motorista era de voltar após o almoço, na sexta-feira, mas o cenário mudou quando pouco depois do almoço, logo no início da tarde fomos surpreendidos com uma chuva, fraca, mas que serviu de prenúncio para o grande evento do dia ou como ouvi de muitas pessoas ali, a queda do céu, que aconteceria logo em seguida.

O céu de Brasília que antes era azul, deu lugar a nuvens cinzas e carregadas, que fizeram chover por mais de uma hora. Uma chuva torrencial que arrastou e inundou barracas inteiras, fez rasgar parte da lona que cobria a tenda-plenária e que molhou todo o acampamento, começamos a retornar para as barracas e conferir o que havia sobrado de seco. O cenário pós-chuva era apocalíptico. Não só pelas barracas que foram arrastadas, pelas roupas, colchões e tudo mais que estava molhado ou que havia voado por conta da intensidade dos ventos, mas porque essa situação deixava mais do que evidente a falta de uma infraestrutura mínima para atender a todos.

O caos não era percebido da mesma maneira por todas as pessoas que o vivenciaram. Enquanto parte de nós se preocupava com tudo que poderia estar molhando, outra parte cantava incessantemente. “quanto mais chovia, mais o povo cantava” ouvi ao passar por algumas barracas procurando pelos demais; “é o povo do nordeste, lá quase não tem água e quando chove é motivo de festa”, ouvi de outro povo ao tentar me localizar em minha nova barraca, uma vez que a anterior ficou completamente inundada.

Rapidamente um vídeo feito pelos comunicadores indígenas da APIB se espalhou por todas as redes sociais mostrando o que havia acontecido durante a tarde e, doações chegavam a todo momento. Colchões, barracas, cobertores e mantas, roupas e agasalhos de todo tipo, novos e usados lotavam os veículos que não paravam de chegar até o acampamento e mais uma vez, longas e intermináveis filas se formavam para receber as doações. Parte das pessoas que tiveram seus pertences molhados, não esperou pelas doações e novas organizações, em barracas cedidas, dividindo com quem conhecíamos e se dispunha a abrigar quem havia ficado desabrigado, outra parte pouco se importou com a chuva e o caos, era a última noite de inferninho, não dava para perder.

No inferninho, as pessoas se divertiam com a falta de uma roupa limpa para usar a noite, outros contavam como a localização das barracas e a estrutura de bambu e lona feitas por seu povo haviam protegido as barracas de um contratempo maior. O importante era aproveitar a última noite antes de voltar para seus territórios ou para as universidades, como era o caso de quem voltaria para a UFG.

O dia seguinte amanheceu agitado e “da lama ao caos, do caos à lama” (Science, 1994), o dia começava um pouco diferente dos demais. A habitual fila para o café da manhã era igualmente gigante mas, em vez das preparações habituais para começar o dia vários grupos desmanchavam seus acampamentos e se preparavam para ir embora, um número grande de “pessoas de fora” – ou seja, que não estavam acampadas, chegando para uma fila imensa, na tentativa de conseguir pegar uma pulseira que daria direito a entrar na tenda-plenária onde mais tarde o presidente Lula faria uma fala e assinaria a homologação de 6 terras indígenas e o 19º ATL seria encerrado.

Como a tarde anterior havia sido conturbada, coletivamente, resolvemos adiantar a volta para Goiânia e sair ainda pela manhã, antes da plenária final e da chegada do presidente Lula. Mas ninguém nunca quer ir embora. A sensação que dá é de que todo tempo junto parece ser pouco diante do muito que se tem para viver, lutar e celebrar. Mesmo sabendo que outros encontros acontecem ao longo do ano, nada é igual ao ATL. A potência política, de vida e de alegria que pulsa naquele lugar, não se assemelha a nenhum outro encontro e essa não é só uma impressão minha, é o que escuto nas rodas de conversa e nos encontros de acontecem enquanto se está no inferninho e a pauta dos assuntos muda para amenidades que não são ditas ao longo do dia, em decorrência do volume de atividades.

A volta sempre é sempre silenciosa, pois num misto de cansaço e do que significa voltar para Goiânia, para UFG e para a rotina não há muita alegria.

Figura 14 - Parte do grupo de discentes da UFG – 2023



Fonte – arquivo pessoal

## 2.2 UM PEQUENO PATAXÓ CANTADOR E O CANTO DAS *MENIRE*

Todos os dias, antes mesmo do meu celular tocar o alarme, um pequeno Pataxó me acordava com seu canto, com algo que me parecia ser “Ñhanderu, Ñhanderu, Ñhanderu...”. Nos primeiros dias ele cantava sem nenhum instrumento, mas em um determinado momento, um grupo que chegou depois levou um atabaque o acompanhava em todas as músicas cantadas durante o dia e durante a noite. Ele cantava a todo momento, conversava e cantava com os adultos. A responsabilidade com as crianças mais novas eram repassadas a ele que com toda leveza de criança, se virava muito bem com os menores em brincadeiras e gargalhadas. Guardei para mim, o presente de ouvi-lo todas as manhãs sem lhe perguntar o nome, pois apesar de ser

aparentemente extrovertido, todas as minhas tentativas de aproximação, com um bom dia ou um sorriso, causavam uma certa timidez.

Além do pequeno Pataxó que não perdia uma só oportunidade de cantar, a todo momento, cantos dos mais diversos povos ali presentes, tomavam conta do lugar. Ora as *menire*, com suas vozes agudas e corpos ritmados num balanço sincronizado e seus pés que pisavam forte, demarcando aquele pedaço de chão, tomavam conta da tenda-plenária; ora Guajajara com seus cantos dançantes onde as vozes das mulheres cantavam o que parecia ser o refrão dos cantos; ora os Xucuru com seus adornos de palha e colares de conta de lágrima, contornavam a tenda-plenária com seus cantos, que em todas as vezes que vi, eram puxados pelo Cacique Marcos Xukuru e cantado apenas pelos homens. A todo momento muitos corpos com suas cores e adornos, de povos que eu conhecia e outros não, tomavam conta do lugar. Várias vozes – umas mais agudas, outras em tom grave; eram ouvidas a todo momento durante o dia e à noite; maracás de todos os formatos, tamanhos e sonoridades eram tocados junto com os cantos.

Os cantos iniciavam e finalizavam cada um dos dias, organizando as pessoas para o que estava prestes a acontecer. Com os cantos, as danças, uma profusão de cores e diversidades inundavam a tenda-plenária assim como nas marchas, como uma forma de dizer que há beleza e alegria apesar da destruição, apesar do cansaço, apesar das constantes ofensivas ao direito de existência desses povos.

As *menire*, por sua vez, estavam prontas para cantar a qualquer momento do dia. Durante minhas idas ao banheiro – que para ser acessado, demandava atravessar todo o acampamento e as vezes acontecia de encurtar o caminho passando pelas barracas do povo Kayapó; ou nas atividades diárias em que havia circulação entre as barracas, era possível vê-las se preparando para cantar. Uma mulher pintava a outra, retocando o jenipapo dos corpos e em pequenos espelhos de moldura alaranjada, organizavam seus longos cabelos pretos outros grisalhos; e seus adornos corporais.

Quando as *menire* cantam com suas vozes agudas, dançam com seus corpos ritmados, cobertos de jenipapo, urucum e adornados com miçangas milimetricamente calculadas para formarem imagens; quando seus pés pisam firme fazendo com que uma fina poeira se levante ao redor delas, criando uma espécie de névoa que confere àquele momento, uma espécie de transe para quem observa, para quem adentra e sente a dinâmica da ancestralidade ali presente, é capaz de perceber como o corpo pulsa diferente com os cantos entoados. O chão se move quando mulheres cantam. Mas não

só ele. A terra, o vento, as chuvas, os corpos, a política, as mentes, as certezaas são o que se movem quando o movimento indígena se movimenta.

A experiência corporal também passa pelo olfato. O cheiro do jenipapo e urucum que colore os corpos paira no ar anunciando que estão ali. O cheiro das palhas utilizadas por diversos povos para a confecção de vestimentas tradicionais, quando em contato com o sol, com o jenipapo e o urucum, proporciona uma experiência olfativa diferente de qualquer outro movimento. Durante as marchas, conforme eu parava e esperava para ver mais um povo que chegava para se juntar a marcha, uma série de outras vozes, ritmos e cantos ouvidos.

Figura 15- Parte do grupo que compunha a primeira marcha do 19º ATL e que cantava constantemente – 2023



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 16 - Marcha do primeiro dia de ATL – 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 17- Marcha do primeiro dia de ATL - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 18- Mulheres em marcha - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 19 - Homens do povo Iny em marcha - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 20 - Homens Waurá em marcha no ATL - 2023



Fonte – arquivo pessoal

### 2.3 ARTICULAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA 3ª MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

A partir da programação divulgada e disponível em diversos perfis de articulações indígenas, nas redes sociais, foi possível perceber a preocupação em dividir os dias do Acampamento de modo que fosse possível discutir pautas importantes a todos, todas e todes. Para cada dia havia um tema norteador das discussões, ficando dividido da seguinte maneira: *Diga ao povo que avance* (24/04); *Aldear a política* (25/04); *Demarcação já* (26/04); *Emergência indígena* (27/04) e *Avançaremos* (28/04). A plenária das mulheres aconteceu no dia 25, dia tinha como tema *Aldear a política* e como parte da programação da manhã, estava prevista a presença das parentíssimas e dos parentíssimos <sup>26</sup>.

Na manhã do dia 25, enquanto nos organizávamos para o café da manhã, aguardávamos os celulares carregarem e os demais acordarem, o povo Guajajara já se encontrava pronto e cantando a plenos pulmões antes das 8h30 da manhã. Aos poucos a

<sup>26</sup> Esse é o modo como são chamados e chamadas, povos indígenas que ocupam cargos no executivo e legislativo.

tenda-plenária ia se enchendo e a parentíssima Sonia Guajajara, se juntou a seu povo para cantar e dançar. Nesse momento, uma multidão de não indígenas com suas câmeras e gravadores tentavam monopolizavam o espaço ao redor da Ministra, travando uma pequena guerra de cotovelos em busca do melhor registro. Todo mundo queria ficar perto da parentíssima, nem que fosse por um momento.

Finalizados os cantos e a dança, convidados e convidadas devidamente acomodados e acomodadas em seus lugares no palco, as atividades continuaram de modo que, cada um e uma ali presente pode cantar, apresentar dados, saudar seu povo, retomar a importância do ATL na construção de uma agenda de ações, recuperar a memória de Acampamentos passados, celebrar as conquistas mesmo diante de um momento de tantas violências e que agora, havia esperança. O ex-presidente Bolsonaro foi mencionado em todas as falas, mas em nenhuma delas o nome foi verbalizado e a sensação que tive diante da recusa muito sutil em dizer o nome da referida pessoa, era de que ao dizer o nome dele algum coisa ruim pudesse acontecer.

Uma plenária das mulheres indígenas estava agendada para acontecer às 17h, como parte das atividades programadas para o dia e contou com a presença das mulheres bioma, um dos modos com que a ANMIGA - Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade, utiliza para organizar as mulheres. Carregando uma faixa com o a sigla da ANMIGA, mulheres entraram na tenda para fazerem seus rezos e preparar aquele lugar para receber as discussões que viriam a seguir.

Criada em 2021 tem, dentre suas muitas atribuições políticas, a responsabilidade da organização e o acontecimento da Marcha das Mulheres Indígenas que é um movimento conquistado através da luta pelo protagonismo da mulher, guerreira da ancestralidade, na luta do movimento indígena como um todo. A Marcha das Mulheres Indígenas é um movimento que se constitui dentro do ATL e constrói para si, uma agenda de mobilizações e ações com foco no protagonismo feminino, mas com a presença dos homens enquanto apoiadores, mas não protagonistas do movimento.

Para que a Marcha de 2023 pudesse acontecer, durante o ATL foram eleitas as mulheres responsáveis por coordenar as ações até o dia da Marcha. As coordenações são divididas primeiro por biomas, depois por estados e a partir de então, cada uma delas tem a responsabilidade e o trabalho de mobilizar o maior número possível de mulheres para estarem na Marcha. Cada mulher que aceita esse compromisso tem cerca de 5 meses para formar comissões, organizar o trabalho, organizar o transporte e os demais recursos que viabilizem a presença dessas mulheres em Brasília.

Figura 21 - Nova composição das articuladoras da 3ª Marcha das Mulheres Indígenas – 2023



Fonte – *instagram* da APIB

### CAPÍTULO 3 O MARCO TEMPORAL E A MANUTENÇÃO DA GUERRA PELO ESTADO

[...] desde o início da modernização, todo vínculo a qualquer tipo de solo tem sido considerado um sinal de retrocesso. (LATOURE, 2020, p.24)

Resistência é, portanto, tomada aqui como uma palavra provisória para liberar um movimento de criação política, lidar com a singularidade e com as divergências. Por trás dessa imagem de saber ingênuo que mobiliza essas outras formas de pensar as relações sociais e a política, há muitas divergências que, a princípio, não nos são imediatamente inteligíveis. (VIEIRA, 2018, p.341)

Quando o governo viola os direitos do Povo, a revolta é para o Povo e para cada agrupamento do Povo o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres. (Declaração de Direitos (do homem e do cidadão), França, 1793)

Figura 22 - *Menire* durante a preparação para a votação do Marco Temporal- 2023



Fonte – arquivo pessoal

Esse capítulo tem como objetivo uma contextualização da tese jurídica do Marco Temporal, bem como o histórico de mobilizações para cada votação ou menção de retorno, mas é também o momento em que de maneira mais sensível, pude presenciar a influência dos movimentos anteriores na formação política sendo manifestada na presença de pessoas que trilham sua formação em lugares como o ENEI e o ATL. Busquei acompanhar as angústias e articulações que aconteceram ao longo dos anos até

o dia 7 de junho de 2023, quando pude acompanhar o voto do ministro Alexandre de Moraes e o pedido de vistas do ministro André Mendonça. Esse capítulo é o de mais curta duração em campo e de curta extensão, mas foi o momento onde pude visualizar os efeitos de todo trabalho de base, o resultado da construção de articulações, alianças e a ações políticas observadas nos movimentos anteriores.

Foi também, o momento em que a guerra se mostrou de forma mais palpável, tanto através das pinturas que eram diferentes das que eram utilizadas durante o ATL, mas também pela tensão constantemente presente e pelo modo como as pessoas observavam tudo ao redor, muito diferente do que havia sido observado durante o ATL. Ao contrário dos campos anteriores que duraram cerca de uma semana e tiveram longas preparações, esse durou cerca de 48 horas desde a preparação, a viagem e a volta para Goiânia; mas historicamente é o de maior duração ao considerar a contante presença da discussão contra a tese jurídica do marco temporal, em qualquer que seja a mobilização.

As fotografias desse capítulo expressam o movimento e foram mais difíceis de serem executadas em decorrência da velocidade com que as pessoas se moviam para que pudessem chegar a tempo do início da votação, mas também no acampamento quando a força e a velocidade com que as *menire* dançavam e pisavam no chão fazia com que uma nuvem densa de poeira subisse ficando difícil de enxergar nitidamente o que acontecia. A câmera não conseguia captar o que meus olhos viam e por alguns momentos, o registro fotográfico ficou de lado para que eu não perdesse o que acontecia naquele momento.

Dessa forma, o último ato dessa pesquisa careceu de mais um deslocamento e de novo para Brasília, para acompanhar presencialmente a retomada da votação da tese jurídica do marco temporal para narrar o que vi, mas de retroceder um pouco o dia da votação para narrar o que não vi, como as mobilizações que antecederam minha presença em campo e ao acompanhamento do grupo que tenho compartilhado as experiências políticas. Apesar do receio de que a brevidade do campo não fosse capaz de captar a urgência do que estava em jogo, compreendi que a existência desse capítulo é pautada nos momentos que observei de longe, naqueles em que não estive em Brasília de quando muitas histórias e aprendizados não faziam parte das coisas que me são importantes. Esse foi o momento em que consegui olhar para tudo de um pouco mais longe ao mesmo tempo que um pouco mais perto.

Mesclando os momentos que antecedem a votação do dia 7 de junho de 2023, dia em que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes

realizou seu voto e as memórias de votações anteriores, tornou-se possível evidenciar o momento da guerra, em que a ação política manifestada a partir dos cantos, das rezas se manifestaram de modo diferenciado em relação aos anteriores.

Apesar de Goiânia ser próxima a Brasília, a votação aconteceu numa quarta-feira, 7 de junho, e por ser em um dia de semana, um número bem menor de pessoas conseguiu ajeitar a agenda e os compromissos para estar presentes. Ao chegarmos no mesmo acampamento que havíamos deixado no dia 28 de abril, com muita alegria e fervilhando de pessoas, era mais sério, nada festivo, tenso e preocupado. Mesmo reencontrando pessoas queridas e amigos, mesmo que tudo ainda fosse colorido, que os artesanatos fossem vendidos e que o espaço trouxesse a tona os dias de celebração vividos a pouco mais de um mês, tudo era mais silencioso e seguia um ritmo diferente de organização. Não tinha canto, não tinha música, o tempo era cronometrado e passava veloz enquanto o almoço não chegava, o celular parecia não carregar na mesma velocidade costumeira, a apreensão do resultado e do que fazer após, era compartilhado por todas as pessoas presentes.

### **3.1. A ARQUITETURA DO GENOCÍDIO E AS ESTRATÉGIAS AMERÍNDIAS DE RESISTÊNCIA**

O que o constituinte de 1988 desejava ao escrever o art. 231 e 232 da CF, era inaugurar um novo período na forma que o Estado brasileiro se relacionava com os povos indígenas, tanto é que colocou o prazo de 5 anos pós promulgação a demarcação de TODAS Tis. O que quer o Marco Temporal é justamente desconstituir os povos indígenas como sujeitos de direitos, nos colocando como objetos de segunda classe, em nome de um desenvolvimento econômico que viola direitos humanos e nos rememora as marcas da colonialidade. (Maurício Terena, via *twitter*, 4 de junho de 2023)

Essa tensão não é de agora, mas se agravou com as recentes mudanças políticas introduzidas na vida do povo brasileiro, que estão atingindo de forma intensa centenas de comunidades indígenas que nas últimas décadas vêm insistindo para que o governo cumpra seu dever constitucional de assegurar os direitos desses grupos nos seus locais de origem, identificados no arranjo jurídico do país como terras indígenas. (Krenak, p. 38, 2019)

Durante o ENEI a questão do Marco Temporal era mencionada em várias falas, mesmo quando não se falava propriamente sobre a demarcação de uma terra, mas foi muito bem discutida durante o painel destinado exclusivamente a pauta. No ATL as discussões se encaminhavam sobre a retomada da votação no início do mês de junho e sobre como novas articulações seriam necessárias para viabilizar o transporte do maior número possível de parentes de volta a Brasília. Mas todo deslocamento enfrenta

desafios, que vão desde a arrecadação de recursos financeiros por esses povos que, por vezes, demora para acontecer principalmente por aqueles que possuem menos visibilidade em relação aos demais (e isso foi repetida em algumas falas durante o ATL, inclusive sobre a necessidade de dividir o dinheiro que os povos da Amazônia recebem de outros países), até disposição para se deslocar novamente até Brasília – depois de uma assembleia como o ATL, que demanda muito de todos os que saem das aldeias, quanto dos que ficam, é preciso organizar quem vai e quem fica.

Dessa vez, poucas pessoas puderam sair de Goiânia para Brasília para acompanhar a votação. 7 de junho foi em uma quarta-feira e além de ser meio de semana, dia que normalmente as pessoas estão atarefadas com seus compromissos com a universidade nunca se sabe quanto tempo ou se a votação realmente acontecerá na data marcada, pois o ministro ou a ministra da vez pode pedir vistas ao processo e a votação é suspensa carecendo de ser remarcada dentro de um período máximo de 120 dias. Quando Dona Rosa – que é indígena pertencente ao povo Kambeba, mãe da Mirna e egressa do curso de administração da UFG; falou no grupo de *whatsapp*, da possibilidade e da disponibilidade de pessoas para irem à Brasília acompanhar a votação houveram muitos interessados, mas quase ninguém com disponibilidade de adiar seus compromissos. Então, no dia 7 de madrugada, um pequeno grupo se dirigiu a Brasília e os demais acompanharam pela transmissão no canal do Senado pelo *YouTube* o andamento da votação, também mandávamos notícias e fotos de parte do que acontecia.

Encontramos pessoas conhecidas e muito queridas, que haviam viajado algumas centenas de quilômetros para acompanhar presencialmente a votação, como foi o caso da Anaya do povo Suya, egressa do curso de comunicação social da UFG e do Klan Baré, do povo Baré e aluno do curso de geologia da UNICAMP, havíamos nos conhecido durante o ENEI, reencontrado no ATL e novamente, para a votação. Klan contou que a UNICAMP havia, de última hora, disponibilizado um ônibus para que os estudantes pudessem ir e que mesmo em cima da hora, um bom grupo havia conseguido viajar. Mesmo com a tensão conversamos um pouco sobre o ENEI da Paraíba, previsto para acontecer em outubro de 2023 e dos preparativos dos alunos para o Encontro, “da UNICAMP vão sair 3 ônibus, o reitor já liberou. E vocês?”, Mirna e eu falamos da incerteza do futuro, mas que articulações e negociações com a universidade eram feitas desde o ano passado.

Enquanto não se sabia o que ia acontecer, quando e se haveria uma marcha até a esplanada, pois as coisas ainda estão restritas por conta dos atos terroristas do 8 de

janeiro de 2023 causados pelos bolsonaristas as sedes do poder, em Brasília. O que se sabia era quantos e quem seriam as pessoas autorizadas a entrar no STF e quantas poderiam acompanhar na frente do Supremo. Aguardando as articulações começarem e o almoço chegar, me sentei no meio das tendas, pois é o único ponto de energia do acampamento, coloquei meu celular para carregar e puxei conversa com um homem que também aguardava o celular carregar. Perguntei se ele havia almoçado e que se quisesse poderia ir que eu vigiava o celular enquanto carregava, mas ele agradeceu e disse que já tinha ido pois havia sido escolhido pelo povo dele para estar dentro do STF acompanhando a votação. Me contou que pertencia ao povo Mura e perguntou se eu o conhecia, disse que sim e ele continuou contando da responsabilidade de vir, ouvir tudo e voltar para aldeia e explicar tudo a todo mundo, de como o clima andava tenso desde a votação do PL 490 que dias atrás havia sido votado em caráter de urgência e que com a aprovação na câmara dos deputados federais, os mais velhos acreditavam que seria o fim e perguntavam a ele onde iriam morar. Disse também que a tensão não era toda por conta das votações, havia uma mineradora canadense, interessada em explorar a matéria prima do potássio, na região e que mesmo com o protocolo de consulta feito por seu povo, e que nele pedia-se um prazo hábil para explicar os prós e contras da mineração, a pressão era gigantesca. Eu pouco disse e logo nos despedimos, o almoço havia chegado e o tempo era apertado para o início da votação, eu precisava comer e ele se adiantou rumo ao STF para não “correr o risco de atrasar”.

### **3.2. O ACAMPAMENTO DO MARCO TEMPORAL, A PREPARAÇÃO PARA A VOTAÇÃO**

O acampamento do marco temporal se formou com o intuito de abrigar e acolher os grupos e indivíduos que se deslocaram de suas aldeias até Brasília para acompanhar a votação da tese do Marco Temporal no STF. Montado na Praça da Cidadania, mesmo lugar que abrigou o ATL, o novo acampamento contou com uma estrutura mais modesta e com menos pessoas <sup>27</sup>do que o acampamento anterior, mas ofereceu condições básicas para que as pessoas ficassem instaladas no local.

---

<sup>27</sup> A estimativa da organização do ATL era de que 5 mil pessoas haviam estado presentes naquele mesmo espaço, mas para a votação do Marco Temporal o número era bem reduzido, apesar de ainda ser expressivo, se pensado que, para cada deslocamento os custos de transporte, alimentação e eventuais imprevistos precisam ser custeados pelo povo e que as condições para isso, não são iguais para todos. Mas havia uma presença bem reduzida de não indígenas, tanto como apoiadores quanto de uma cobertura de imprensa. A agenda do ATL parecia ser mais “atrativa”.

A guerra não ocupa o mesmo espaço de importância na agenda dos não indígenas, como momentos de luta em que o planejamento e a estratégia estão mais em voga do que a ação política mais direta ou quando a performance exibida, de certa forma, salta mais aos olhos. Enquanto o ATL estava lotado de câmeras e microfones que registravam cada partícula de poeira que subia com o caminhar, para o novo acampamento tudo era menos registrado. A atmosfera era outra e a tensão da guerra se fazia presente de uma maneira muito mais perceptível do que em qualquer outro momento presenciado durante o ATL.

Os corpos e a corporalidade também eram diferentes. Para cada ocasião há um modo diferente dos corpos serem preparados para ocuparem os espaços, pelo menos é o que tenho aprendido em cada um dos movimentos que pude estar presente desde o ENEI. Como e quais são as pinturas, os cantos, as rezas, a preparação e a proteção coletiva dos corpos para entrar mais uma vez, em guerra. Muitas coisas que observei não puderam ser perguntadas porque não era o momento de se perguntar. Saber como, quando e o que perguntar, principalmente em espaços como esse fazem parte da sensibilização do olhar do antropólogo (Novaes, 2021).

As pessoas se prepararam de maneira diferente e anunciavam o que estava por vir. As pinturas do rosto das *menire* preenchiam o rosto todo, o urucum também fora incorporado; diferente dos grafismos retilíneos e concentrados apenas nas maçãs do rosto, que havia presenciado no ATL. Os Homens também estavam com os rostos pintados e para além das pinturas, a maioria dos homens, de todos os povos, carregavam bordunas e/ou flechas e sempre andavam em grupo ou dupla, em uma espécie de ronda de segurança, ao redor da tenda-plenária, enquanto que no ATL, todos transitavam para onde queriam sem muitas preocupações.

Figura 23 - Homens Kayapó cantando - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 24 - Menire cantando antes da votação começar



Fonte – arquivo pessoal

Figura 25 - Menires cantando antes da votação - 2023

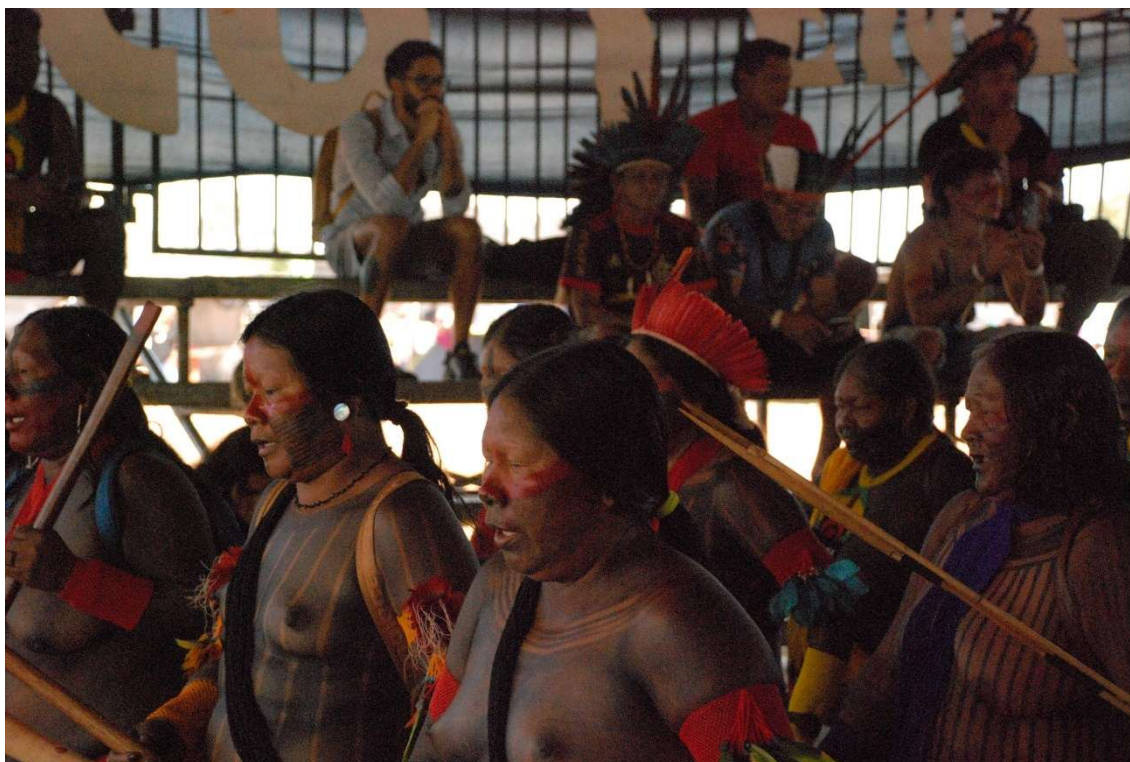


Figura 26 - Homens se preparando no acampamento - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Desde que chegamos ao acampamento, pairava no ar um clima de tensão muito forte que só se intensificava cada vez mais com a proximidade da votação. Após o almoço, a movimentação para o início da votação começou a se intensificar. Dentro do STF só poderiam entrar cerca de 50 pessoas, no gramado em frente ao STF só poderiam ficar cerca de 200 e o restante precisaria decidir o que fazer, uma vez que a instalação de um telão para a transmissão da votação não havia sido autorizada, nem mesmo quem fosse para a frente do STF.

Nesse momento, como em todos os outros em que uma decisão coletiva precisa ser tomada, cada um que quisesse, poderia ir até o microfone e emitir sua opinião e de certa forma, votar para decidir se iriam ficar perto e ter poucas notícias ou ficar no acampamento, assistir no telão e se dirigir ao STF caso fosse necessário. A partir de então, representantes dos povos ali presentes, começaram a se organizar para expressar a vontade de ir ou ficar.

As duas primeiras falas foram para ficar no acampamento e acompanhar a votação vendo e ouvindo o voto de cada ministro, mas a fala seguinte foi a definidora de toda movimentação que veio a seguir. Quem fez uso do microfone foi um Guarani e Kaiowá, que com muita serenidade se apresenta dizendo a qual povo pertence, fala das suas lutas e de distância que seu povo percorreu para estar ali naquele momento e que por isso eles decidiram que iriam sim para o gramado independente de ter telão ou não, porque eles precisavam rezar de perto pois *“para nós, Guarani e Kaiowá, é importante estar lá. Aqui nossa energia cosmológica vai demorar a chegar. Nós vamos lá.”*

A partir da finalização da fala, nem foi preciso votar ou dizer mais nada. Em um consenso silencioso, quem estava presente se levantou e rapidamente um numeroso grupo de pessoas se organizou para sair em marcha. A tensão e a rapidez para a organização tomaram conta da movimentação e como a marcha não estava prevista para acontecer, não havia uma organização do trânsito e inevitavelmente, um diálogo com a polícia precisou acontecer naquele momento. Não havia tempo para um diálogo muito demorado ou para esperar qualquer outra forma de justificar a ocupação daquela via, a votação estava prestes a começar e mesmo correndo, levaria um tempo para que todos conseguissem percorrer mais ou menos 1 km até chegar ao gramado.

Por estar mais próxima da saída da tenda-plenária, fiquei na linha de frente da marcha juntamente com o povo Kayapó e apesar de não entender uma só palavra que as mulheres diziam, pois todas se comunicavam em língua nativa, a expressão facial e a força com que elas usavam as palavras, diziam que não havia tempo de esperar qualquer

coisa que a polícia julgasse necessária para o momento, a hora era aquela. A negociação não demorou e logo a pista do lado direito da avenida foi fechada e rapidamente ocupada e em marcha, um bloco de pessoas se formou e descendo para o gramado da esplanada<sup>28</sup>.

Corremos pela avenida, de olho no relógio, mas sem deixar ninguém para trás. Apesar do tempo apertado para chegarmos até o cercado que separa o gramado do Congresso e do STF, era mais importante que todos chegassem juntos, principalmente por conta da via que não havia sido fechada anteriormente por isso o bloqueio acontecia a medida em que a marcha avançava. Ao chegarmos no gramado novas pulseiras foram distribuídas para que outro pequeno grupo pudesse ir até a porta do STF e acompanhar a votação do lado de fora, sem telão só pela transmissão de canais do *YouTube* como seria para quem ficasse no gramado.

Figura 27 - Homens Kayapó em marcha para o gramado da esplanada - 2023



Fonte – arquivo pessoal

---

<sup>28</sup> A limitação com relação ao quantitativo de pessoas e o lugar onde poderíamos ficar se dá porque desde os atos de 8 de janeiro de 2023 há uma barreira para que nenhuma manifestação ocupe aquele espaço. Existe uma cerca e um cerco policial que impedem com que aquele limite seja ultrapassado. Para ter acesso a frente do STF foram distribuídas pulseiras de identificação.

Figura 28 - Homens Kayapó em marcha - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 29 - A marcha até o gramado da esplanada - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 30 - A resistência Kayapó - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 31 - O cerco da guerra - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 32- Ñhanderu Guarani - Kaiowá - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 33 - Ñhanderu e sua reza - 2023



Fonte – arquivo pessoal

Figura 34 - *Ñhanderu* e sua reza 2 - 2023

Fonte – arquivo pessoal

A potência que habita na reza dos *ñhanderu* já me havia sido apresentada através de narrativas, mas por algum motivo ou vários, não havia presenciado nenhuma vez. Caminhando pelo gramado, enquanto decidíamos o que fazer para conseguir assistir a votação, me encontrei com um pequeno grupo do povo Guarani-Kaiowá exatamente no momento em que rezavam. A força das palavras e dos maracás percorreu todo meu corpo como uma descarga de energia e me fez ficar parada vendo, ouvindo e depois desses registros, fechei os olhos para terminar de sentir aquela sensação mágica e única de ouvi-lo rezar<sup>29</sup>. Ao olhar as fotos novamente e relembrar da sensação percebida no momento, me lembrei das palavras de Davi Kopenawa ao beber o pó da *yãkonana* e se comunicar com os *xapiri*, e a fala feita ainda no acampamento, que motivou a ida para mais perto do STF, fez muito mais sentido do que pudera ter conseguido pensar naquele momento.

<sup>29</sup> Dada a situação em que estávamos, não cheguei perto para perguntar se aquilo era mesmo um rezo. Fiquei com a dúvida até que, em outra situação, me encontrei com uma *ñhandesy* e perguntei se o que elas estavam fazendo no início era um rezo e ela abriu um sorriso e me respondeu que sim “nós rezamos para proteger nossos corpos, o caminho para onde vamos. Quando chegamos lá, rezamos para que tudo dê certo e depois, cantamos de alegria. Foi bom você me perguntar”, sorriu mais uma vez e disse, “se não pergunta, como você iria saber?”.

### 3.3 O QUE ANTECEDEU O 7 DE JUNHO DE 2023

A ideia de um Marco Temporal para a demarcação das terras indígenas surgiu com o caso de Raposa Serra do Sol, em 2009 que depois de muitos anos de tramitação, demarcou as terras, mas impôs condicionantes chamadas de salvaguardas institucionais e dentre elas, o marco temporal

[...] ao julgar a Ação Popular 3.388/RR, referente à demarcação de Raposa Serra do Sol, o pleno do Supremo Tribunal Federal estabeleceu uma série de condicionantes ao reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Surge neste julgamento o chamado marco temporal, uma tese jurídica que restringe o direito dos povos indígenas à sua terra tradicional ao condicionar esse direito à presença física das comunidades na terra na data da promulgação da Constituição Federal. De acordo com esse enunciado, os povos indígenas apenas teriam direito às terras que ocupavam no dia 5 de outubro 1988. Para que essa condicionante seja afastada, é necessário que se configure “renitente esbulho”, isso é, que a reocupação não tenha ocorrido por efeito de renitente contínuo de não índio. (ALFINITO e AMADO, p. s.n., 2018)

Desde então paira sobre todos os povos indígenas, independente de terem suas terras demarcadas ou não, passaram a ser assombrados pela possibilidade de perderem seus territórios por conta da tese. A tese por si só, já era mais do que motivo para toda apreensão, mas infelizmente não era “apenas” ela. Antes da votação da tese do marco temporal no STF houve a aprovação do requerimento do regime de urgência na votação do Projeto de Lei 490/07, de autoria do ex-deputado Homero Pereira (PSD-SP) que propõe a alteração da Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973 que por sua vez, propõe de maneira devastadora, a alteração do artigo 231 da Constituição Federal. Dessa forma, o PL pretende retirar do poder executivo a atribuição da demarcação das terras indígenas e transferir para o legislativo fazendo com que os processos de demarcação se transformem em uma forma de recurso para barganhas de interesse privado.

A demarcação é um procedimento administrativo pelo qual uma única unidade administrativa – FUNAI – tem o poder que lhe confere a Lei nº 6.001/73 de demarcar as terras indígenas, segundo critérios subjetivos próprios. Assim, a FUNAI exerce seu juízo discricionário com o intuito de cumprir o seu dever legal. (PL 490, 2007)

Para além da intenção geral contida explicitamente no PL, estão as palavras contidas nas entrelinhas, que por sua vez, tentam deslegitimar a ação da FUNAI e até, de certo modo, deslegitimando o árduo trabalho envolvido na demarcação de uma terra indígena e isso fica claro no PL no parágrafo em que o deputado afirma que o referido

órgão utiliza de critérios subjetivos próprios para realização da demarcação. A tese e o PL estavam entrelaçadas e por isso a preocupação era dobrada, mas também causavam alguma confusão.

Mas independente do que fosse, a cada menção de votação da tese articulações eram feitas para que a mobilização acontecesse, mas em 2021, diante das investidas do Estado contra os povos indígenas, dos anos de desmantelamento das políticas indigenistas no país e da negligência do Estado na condução da pandemia da covid-19, aconteceu o Levante pela Terra. Durante o mês de agosto as atividades presenciais foram retomadas após serem paralisadas em 2020, por conta da pandemia; como parte das estratégias para barrar a Tese do Marco Temporal que seria julgada no STF. Ainda no mesmo ano, o acampamento Luta pela Vida ocupou Brasília. De 22 a 28 de agosto de 2021, a primavera indígena se articulou para mais uma vez, reivindicar o direito a existência digna levando mais uma vez a Brasília cerca de 176 povos e mobilizou 6 mil pessoas presencialmente, e mais de 15 milhões através das redes sociais (APIB).

O movimento não deixou de acontecer mesmo quando os deslocamentos não eram seguros. A urgência pela vida e pela coletividade se sobrepuseram a ameaça infinitesimal de um vírus que levou pessoas importantes como o Cacique Aritana, do povo Yawalapiti. A criatividade utilizada para ocupar as redes, construiu uma rede de comunicadores indígenas, aperfeiçoou o uso das redes sociais e ampliou o alcance das informações e mobilizações. Para além dos territórios presenciais, o virtual foi demarcado e tem sido um recurso muito importante e bem manejado em momentos de articulação.

Mesmo não tendo estado presente nesses momentos, durante o ENEI de 2022, o Levante e o Acampamento Luta pela Vida eram lembrados como acontecimentos importantes em momentos de extrema delicadeza por conta da crise sanitária. Essas memórias também eram acionadas quando se perguntavam quanto tempo duraria a votação, uma vez que pela experiência anterior, as coisas não haviam saído conforme o planejado. Isso fez sentido quando, ao retornar da votação, tendo o voto favorável, mas controverso do Ministro Alexandre de Moraes e o pedido de vistas do Ministro André Mendonça, ouvíamos as pessoas planejarem ficar até que uma nova data fosse marcada, elas se referiam a esses momentos e com base neles, se fortaleciam para ficar, mesmo que as condições do acampamento não fossem exatamente favoráveis para um longo período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS OU, ALGUMAS PALAVRAS ANTES DO FIM

[...]você tem que ser humilde sobre o que você vê, porque eu não acredito que todos nós sabemos respostas para tudo.

LIEN, 2021, VIII ReACT

Assim como eu e essa pesquisa, outros e outras pesquisadoras/es e pesquisas também tiveram de usar a criatividade para recriar os modos de fazer pesquisa diante do contexto de intensificação das inconstâncias. A antropóloga Janaína Betto (2022), em sua tese feita durante a pandemia e da gestão do governo Bolsonaro (2019-2022), nomeia essa limitação como habitar “[...] um lugar “entre” também diz respeito ao reconhecimento de se tratar de um lugar instável, ora de expansão, ora de limites, e eu diria mais instável ainda diante do contexto em que a pesquisa se deu: o de uma pandemia mundial.” (p.26). E habitar esse “entre” durante o período do mestrado, foi um gigantesco desafio porque as constates variações dos limites e possibilidades, geraram uma série de instabilidades desafiadoras para a pesquisa. A instabilidade de não saber o que aconteceria e dos limites impostos a pesquisa potencializou as dificuldades inerentes ao momento e junto com o não saber o que fazer, um pessimismo tomou conta de qualquer expectativa de futuro, em grande parte do tempo.

Experienciar a pandemia com todas as mortes e o medo ocasionados por ela por si só, já era uma situação difícil de lidar estando na cidade, tendo acesso a medidas de proteção sanitária e isolamento social, mas ela se atenuava à medida em que as notícias sobre a situação em aldeias, de pessoas conhecidas e próximas, até as mais remotas e desconhecidas, chegavam através das redes sociais e dos jornais. Quando os casos de internação e as mortes começaram a acontecer sentimos a frieza da política de morte que deu a sensação de que o céu caía mais um pouco. Para todas as pessoas que realizam pesquisas de forma engajada/militante/envolvida, que estabelecem em seus campos de trabalho relações de afetividade, alianças políticas e que compreendem o papel da produção de conhecimento como algo coletivo, viver no Brasil e fazer pesquisa em universidades públicas, desde 2016 se mostrou um grandioso desafio.

Essa pesquisa não tem como tema o golpe de estado, o governo Bolsonaro muito menos a pandemia, mas essas questões atravessam o contexto político e a vida dessas pessoas, assim como atravessaram a minha também. Isso fez com que eu e a pesquisa, transitássemos entre perspectivas pouco otimistas, principalmente entre as de fim de mundo, para só então poder finalmente desaguar em estratégias de continuar existindo

ao mesmo tempo em que sucessivas investidas por parte de alguns setores da sociedade civil e da política institucional, lutassem contra a existência dos povos indígenas.

Essas angustias tornavam a pesquisa e o que eu iria descobrir com ela um tanto quanto nebuloso e por isso, incerto. Com o campo bibliográfico compreendi que não encontraria o que procurava e com o campo presencial, um universo de novas questões e perspectivas surgiu e me provou a perguntar um sem fim de outras perguntas. Mas mesmo diante das novas possibilidades, precisei compreender que mesmo em contato, vendo, ouvindo e conhecendo as pessoas eu não teria resposta para tudo, principalmente por haver questões que só surgiram ao organizar as memórias dos campos.

Não saber o que se vai descobrir é, evidentemente, uma verdade da descoberta. [...] a significância é adquirida na escrita posterior, na composição etnográfica como uma descrição feita depois do evento.

STRATHERN, 2017, p. 320

Não foi exatamente claro para mim desde o início, como seria lidar com uma pesquisa sobre pessoas em movimento e não sobre um determinado povo, de uma determinada etnia, em que eu realizaria uma apresentação/categorização de quem são, onde habitam e com mapas e demais considerações necessárias e que estamos habituados a ler. Demorou um certo tempo para que isso fizesse sentido enquanto pesquisa, porque enquanto ato político e de militância sempre fez, mas à medida que acompanhava cada um dos movimentos, voltava para casa e organizava os registros e compartilhava com as pessoas ao meu redor, tudo que havia acontecido, encontrava os elos de ligação entre cada um dos acontecimentos. O não saber o que se vai descobrir com o campo, como elabora Strathern (2017) me permitiu observar, participar, me deixar afetar por uma infinidade de outras coisas, principalmente depois de voltar para casa.

Participar do ENEI foi o momento em que passei a entender a dinâmica de organização, luta e resistência para além do seu território, discutir políticas de ingresso e permanência no ensino superior ao mesmo tempo que as questões territoriais. Estar no ATL foi maximizar essas discussões pois, aquele é um espaço não só de formação como tomada de decisões e planejamentos futuros. E a votação da tese do marco temporal foi o momento em que toda aquela preparação que acontecia muito antes do início da minha pesquisa, mas que pude acompanhar parcialmente durante o ENEI; seria convocada a agir.

E essa convocação surge na presença das lideranças dos territórios, mas com também com a presença de advogados indígenas como Eloy Terena, Maurício Terena, Samara Pataxó entre outros que representam organizações indígenas para além da APIB, para representar e defender o que estava em jogo. Grande parte dos que hoje ocupam cargos no MPI, na FUNAI ou na SESAI trilharam o caminho da militância e do ativismo político desde o território, participando de ATL's e no ENEI ao ingressarem no ensino superior e mesmo depois de concluírem sua trajetória acadêmica, continuam participando e dando continuidade ao processo dessa vez, enquanto profissionais formados e habilitados. A presença dessas pessoas serve como um estímulo, um referencial para quem os vê, os escuta e compartilha da celebração para além da luta.

O que me perguntei, após o ENEI, sobre o que movimenta quando o movimento indígena, encontrou resposta em um dos momentos mais delicados da luta dos povos indígenas, que foi a votação da tese e que por mais difícil que tenha sido acompanhar o voto do ministro Alexandre de Moraes e o pedido de vistas do ministro André Mendonça, foi quando consegui visualizar o ciclo de formação – acadêmica e política, se concretizar. Compreendi que muito mais que corpos que se deslocam de seus territórios, que levantam a terra vermelha e quente de Brasília, que cruzam o Brasil e todos os mares, o movimento reorganiza velhas certezas e lugares de poder; redesenham a política e a colorem com jenipapo e urucum, cantam, rezam, acionam os maracás e evocam suas ancestralidades em lugares onde lhes dizem não serem bem vindos.

Todas as formas de mobilização, que levam para Brasília um número cada vez mais expressivo de povos indígenas só são possíveis porque o trabalho é coletivo. Se melhora para um ou uma, de algum modo, melhora para o coletivo. Se um determinado povo enfrenta a repressão do Estado ou a invasão de terra por grileiros, garimpeiros ou madeireiros, estratégias e ações são colocadas em prática para lutarem juntos. O ATL surge em 2004, com o propósito de ressignificar o “dia do índio” através da luta e da ocupação dos espaços, mas também de pressionar o executivo para a mudança da política indigenista do país e ao longo dos seus 19 anos de existência, tem sido uma importante tática de ação coletiva.

Com o ENEI não tem sido diferente. O Encontro surge com a necessidade dos alunos indígenas do ensino superior de se fortalecerem para continuarem nas universidades, mas não de qualquer maneira, e sim produzindo ciência, demarcando os territórios acadêmicos, numa relação de enfrentamento dos preconceitos, mas também de construção. Para que isso e muito mais, seja possível os estudantes se movem pelo

país, indo a onde há necessidade de fortalecimento, onde espaços precisam ser ocupados, percorrendo o país construindo meios muito criativos, plurais, coloridos e festivos. Festa e guerra se articulam no mesmo espaço e a juventude cria política e se recria no cotidiano.

#### Encontro. Acampamento. Votação

Cada um dos movimentos indígenas que constituem essa dissertação tem em seu nome uma forma de ação mobilizadora, podendo ser pensada enquanto uma ação de articulação e manifestação de uma formação e ação política. A medida em que me familiarizei com as dinâmicas de organização e acontecimento dos movimentos e me aproximei das pessoas ali presentes, a fotografia passou a fazer parte de maneira mais intensa, como é possível perceber mais sensivelmente, nos capítulos 2 e 3. Apesar de não fotografar o tempo todo, primeiro por achar inconveniente a quantidade de câmeras, microfones e o próprio posicionamento de quem registrava os acontecimentos, a câmera funcionou como meu diário de campo pois ela me exigia uma participação mais atenta, assim como no campo do capítulo 1 para conseguir ouvir os cantos, foi preciso atenção e sensibilidade para perceber os sons, as vozes, o ritmo. A paisagem sonora do primeiro campo foi o que captou minha atenção, a paisagem visual me captou no segundo e a mistura das duas, arrematou o terceiro capítulo.

Quando disse nas primeiras linhas da introdução, que esse trabalho é apenas uma parte de tudo que aconteceu desde minha aproximação com o movimento indígena estudantil foi diante do modo como essa primeira experiência, me afetou e proporcionou outras formas de aproximação com os movimentos. Esse primeiro impacto me mostrou que, realmente, as expectativas e a preparação para o campo, são completamente afetadas pelo movimento das pessoas, mas principalmente, pelo tipo de movimento que acontece.

Uma paciência selvagem me trouxe até aqui.

RICH, 2008

A paciência selvagem (Rich, 2008) de persistir na pesquisa mesmo quando tudo parecia não ter uma saída suficientemente criativa ou antropológica, só foi possível por conta das alianças-afetivo-políticas que aconteciam, se renovavam e se desdobravam em outras em cada evento, mobilização, na briga por um ônibus, na elaboração conjunta, em afetos e partilhas.

Essa dissertação seguiu um ciclo de acontecimentos tendo começado com IX ENEI (2022) e finalizada ao mesmo tempo que o X ENEI (2023), acontece na Paraíba e que teve como tema norteador: “*Análise e Conjuntura da presença indígena no Ensino Superior na última década: os desafios pela retomada das ações afirmativas no Ensino Superior*”; se encerra com a data e o início dos preparativos para o próximo ATL que já tem data para acontecer e ao mesmo tempo do que mais me emociona, com a derrota da tese jurídica do marco temporal que contou com um placar de 9 votos contra e 2 a favor, no STF no dia 21 de setembro de 2023. Enquanto escrevo, o movimento continua, as articulações acontecem, ações são pensadas e executadas em uma velocidade muito maior do que consigo acompanhar, mas que chegam até mim de todos os lugares do país, através dos meus amigos. Enquanto escrevo, um calendário de mobilizações se cumpre e se planeja para o ano seguinte pois a luta não cessa e a celebração também não.

Figura 35 – Jovem Guajajara durante a marcha do primeiro dia do ATL - 2023

Fonte – arquivo pessoal



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mauro W. B. "A **etnografia em tempos de guerra**: contextos nacionais e temporais do objeto da antropologia". In: F. A. Peixoto, H. Pontes & L. Schwarcz (orgs.), *Antropologias, histórias, experiências* São Paulo: Humanitas. pp. 61-81, 2004.

ANAQUIRI, Mirna Kambeba Omagua-Yetê. **Que memórias me atravessam?** Meu percurso de estudante indígena. 2019. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

BETTO, Janaína. **Presença, chamado, reflorestar**: criações políticas da marcha das mulheres indígenas. Tese. (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 490, de 20 de março de 2007. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>

BRUNORO, Mario de Azevedo e TANNUS, Rafael Monteiro. **Festa e Guerra na Esplanada**: sons da política num Acampamento Terra Livre. v. 5 n. 2. Wamon 2020.2 - Dossiê temático: "Arte: Poder e Política na Amazônia"

Carta dos estudantes. WhatsApp: [IX ENEI]. 09 ago. 2022. 11:14. 1 Mensagem de WhatsApp

CHATWIN, Bruce. **O rastro dos cantos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEEZER. **Piseiro: conheça mais sobre esse estilo e os grandes sucessos**. Disponível em: < <https://www.deezer-blog.com/br/piseiro/>>. Acesso em 23 dez 2022.

DOEBBER, Michele Barcelos, DOMINGOS, Angélica e SILVA, Ivanilde da. **Relatório Final do IX ENEI**. Disponível em: <https://www.enei-evento.com.br/sobre>. Acesso em: 15 set, 2022.

FILHO, Ciro Marcondes. **Michel Serres e os Cinco Sentidos da Comunicação**. Revista Novos Olhares, Edição 16 - 2º semestre de 2005

GUILHERME, J. C. **As palavras (em) canto**: Formas e intenções de uso da palavra Kaiowá e Guarani no rap dos Brô Mc's . Revista De Antropologia Da UFSCar, 13(1), 39–53, 2021.

GONÇALVES, Leandro Karáí Mirim Pires. **Nossa história (ENEI)**. Disponível em: < <https://www.enei-evento.com.br/nossa-historia>>. Acesso em 15 set, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- NOVAES, Sylvia Caiuby. **Por uma sensibilização do olhar** – sobre a importância da fotografia na formação do antropólogo. GIS - Gesto, Imagem E Som - Revista De Antropologia 6 (1). São Paulo, 2021.
- PINTO, Tiago de Oliveira. **Som e música**. Questões de uma antropologia sonora. Revista De Antropologia, São Paulo, 44(1), 222-286, 2001.
- RAMOS, Alcida Rita. “O Índio Hiper-Real”. Revista Brasileira de Ciências Sociais 28: 5-14, 1995.
- SILVA, Marina Coimbra Casadei Barbosa da. Estética da sensibilidade: a arte do sentipensar e corazonar em educação. 2021. 150 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, UNESP, Marília, 2021.
- STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico**. São Paulo: Ubu Editora, 2017
- TERENA, Maurício. **O que o constituinte de 1988 desejava ao escrever o art. 231 e 232 da CF, era inaugurar um novo período na forma que o Estado brasileiro [...]**. Brasília, DF. 4 jun. 2023. Twitter: @terenamauricio. Disponível em: <https://twitter.com/terenamauricio/status/1665453778877685760> . Acessado em 16 de ago., 2023.
- TIBLE, Jean. Política Selvagem. São Paulo, GLACK edições e N-1 edições, 2022.
- TOUAM BONA, Dénètem. Arte da fuga. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 15, p. 18-27, dez. 2021.
- VIEIRA, Ana Carolina Alfinito; ELOY AMADO, Luiz Henrique. Aplicação do marco temporal pelo Poder Judiciário e seus impactos sobre os direitos territoriais do povo Terena. In: ALCÂNTARA, Gustavo K.; TINÓCO, Livia N.; MAIA, Luciano M. (Org.). Índios, direitos territoriais e territorialidade. Brasília: Associação Nacional dos Procuradores da República, p. 227-64, 2018.
- VIEIRA, Suzane de Alencar. “Micropolítica da pirraça ou porque resistência não é uma noção obsoleta”. Revista Fevereiro Política, Teoria e Cultura, UNIFESP, 10(1).2018
- YANOMAMI, Davi Kopenawa e ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.